



FACONNECT/ A CASA TOMBADA

**PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
INVESTIGAÇÕES DE COSMOPERCEPÇÕES AMEFRICANAS**

RONALDO DA SILVA AGUIAR

**LETRAMENTO RACIAL E O
EMPODERAMENTO DE NEGROS E NEGRAS DE PELE CLARA**

São Paulo/SP

2024

FACONNECT/ A CASA TOMBADA

**PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
INVESTIGAÇÕES DE COSMOPERCEPÇÕES AMEFRICANAS**

RONALDO DA SILVA AGUIAR

**LETRAMENTO RACIAL E O
EMPODERAMENTO DE NEGROS E NEGRAS DE PELE CLARA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação
Lato Sensu **EDUCAÇÃO E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS: INVESTIGAÇÕES DE
COSMOPERCEPÇÕES AMEFRICANAS**
apresentado como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de especialista em **EDUCAÇÃO
E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**, sob orientação
do Profa. Mestra. Jessica Silva, com co-orientação
profa. Mestra Ananda Luz.

São Paulo/SP

2024

Agradecimentos

Quero expressar minha profunda gratidão a toda a minha família: meu pai, minha mãe, meu irmão e minhas irmãs. Desde sempre, eles foram meu alicerce, proporcionando o apoio necessário para que eu pudesse crescer e me desenvolver como ser humano. Com eles, aprendi lições valiosas sobre respeito, resiliência e amor. Foram essas bases que me permitiram buscar meu caminho, tanto pessoal quanto intelectual, e fortalecer minha identidade.

Agradeço também a todos os professores e professoras que passaram pela minha vida, especialmente aqueles que com generosidade e sabedoria, semearam em mim sementes de esperança e curiosidade, ajudando a construir o saber e mostrando que o conhecimento é uma ferramenta poderosa para transformar o mundo. Eles foram fundamentais para que eu compreendesse a importância de me tornar uma pessoa letrada racialmente, capaz de entender e enfrentar as complexidades das questões raciais no Brasil.

A todas as pessoas negras que vieram antes de mim, meus ancestrais, dedico um agradecimento especial. Eles me mostraram, com suas histórias de luta e resistência, o caminho para continuar enfrentando as dificuldades impostas pelo racismo, pela xenofobia e pela homofobia. Suas trajetórias são inspiração e força para que eu possa ocupar espaços de forma consciente, lutando pelos direitos que foram negados a tantos por tanto tempo.

Por fim, um agradecimento especial à minha irmã, Marta da Silva Aguiar, que acompanha de perto a minha escrita e o meu processo de crescimento intelectual. Ela tem sido uma parceira imprescindível na caminhada que venho trilhando como pesquisador, alguém que sempre me incentiva a ir além e a refletir sobre quem sou e quem quero me tornar.

Resumo:

O presente trabalho de conclusão do curso de *Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais: Investigações de Cosmopercepções Amefricanas* tem como proposta apresentar um percurso de letramento racial para pessoas classificadas como pardas (negras de pele clara), conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir dessa perspectiva, busca-se problematizar a mestiçagem brasileira, especialmente nos processos de autodeclaração, questionando como as complexas dinâmicas de identidade racial no Brasil impactam na construção do "ser negro" em um contexto de racismo estrutural. O trabalho apresenta ao leitor reflexões profundas sobre o papel dessas pessoas na sociedade, apontando caminhos para que seja possível ampliar o debate sobre o lugar das pessoas negras de pele clara no Brasil. Além disso, são levantadas questões essenciais para a emancipação, a busca pela ancestralidade e o entendimento do letramento racial como uma ferramenta vital para a construção de uma identidade negra consciente e segura. O trabalho também abrange a importância das espiritualidades e religiões de matriz africana, o amor-próprio como forma de resistência e autovalorização, entre outros temas que emergem como fundamentais para o processo de autoidentificação e autodeclaração de pessoas negras de pele clara.

Palavras-chave: Pardo; Autodeclaração; Autoidentificação; Empoderamento; Ancestralidade.

ABSTRACT:

This final paper, submitted for the postgraduate program in Teaching and Ethnic-Racial Relations: Investigations of "Amefrican" Cosmoperceptions, presents a framework for racial literacy aimed at individuals classified as "parda" (light-skinned black) by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). From this perspective, this paper seeks to problematize Brazilian miscegenation, particularly in the process of self-declaration, questioning how the complex dynamics of racial identity in Brazil impact the construction of "being black" in a context of structural racism. The thesis offers profound reflections on the role of these individuals in society, highlighting pathways to broaden the debate on the place of light-skinned black people in Brazil. Additionally, it raises essential questions regarding emancipation, the search for ancestry, and understanding racial literacy as a vital tool for building a conscious and secure black identity. The work also encompasses the importance of African matrix spiritualities and religions, self-love as a form of resistance and self-valorization, among other themes that emerge as fundamental to the self-identification and self-declaration processes of light-skinned black individuals.

Keywords: Brown; Self-declaration; Self-identification; Empowerment; Ancestry.

ÍNDICE

Apresentação	6
1.Uma Biografia “Branca”	9
1.1 Um menino negro, uma criança viada, um gay periférico	13
1.2. A minha escrita e educação foram roubadas.....	19
2. A Busca pela Identidade: percursos de reparação	27
2.1 Emancipação da servidão	31
2.2 A Busca pela Ancestralidade	36
2.3. Letramento racial como necessidade urgente	38
2.4 Espiritualidade, Religiões de Matriz Africana.....	40
2.5. O Corpo como um lugar a ser cuidado - amor-próprio	44
2.6. Contextos Socioeconômicos e Consciência de Classe	47
2.7. Racismo Estrutural e Letramento Racial	50
2.8. Se Você não se racializar, alguém vai fazer isso por você.....	52
Considerações	59
Referências:.....	61

Apresentação

O presente trabalho de conclusão do curso *Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais: Investigações de Cosmopercepções Amefricanas* tem como proposta: apresentar um percurso de letramento racial para pessoas classificadas como pardas (negras de pele clara) conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, problematizando a mestiçagem brasileira através dos processos de autodeclaração. Essa população foi estrategicamente afastada da sua negritude, da sua ancestralidade no processo de embranquecimento da população considerada brasileira ao longo da história, bem como de possíveis conexões com os povos originários e a população negra, que vivenciaram inúmeras diásporas. Esse sistema – que foi criado pela população branca detentora dos meios econômicos, de comunicação e de educação – interferiu na construção de um conjunto de subjetividades que distância a população parda da sua ancestralidade. Isso resultou num contingente populacional que não se sente pertencente à população negra ou aos povos originários. Assim, este trabalho de conclusão de curso apresenta algumas reflexões sobre conceitos que podem estimular caminhos de empoderamento e autodeclaração de pessoas pardas (negras de pele clara).

Comecei essa pós-graduação procurando o meu lugar no mundo como uma pessoa negra de pele clara, bicha, nordestina, periférica e que hoje vive na maior cidade da América Latina. O caminho para entender quem sou é longo e cheio de nuances. Ser uma pessoa negra de pele clara é muitas vezes viver uma existência atravessada por confusões e apagamentos. Passei parte da minha vida sem saber que sou uma pessoa negra, envolto em uma sociedade que constantemente tenta descrever identidades de forma binária e limitada. Esse processo de descoberta não é imediato nem simples e a compreensão da minha negritude surgiu em meio a questionamentos sobre pertencimento e identidade. Entender-se negro de pele clara é perceber as sutilezas e contradições da vivência racial. Muitas vezes, as marcas do racismo não se mostram de forma explícita, o que leva a uma invisibilidade, tanto para os outros quanto para nós mesmos. Fomos ensinados a não nos reconhecermos, a negar nossa história, a esquecer as nossas raízes. Encontrar o meu lugar de fala em meio à diversidade de discussões e pautas não é fácil, mas é enriquecedor saber que esse ciclo de invisibilidade começa a se romper, preenchendo o vazio que habitava meu corpo. O presente trabalho de conclusão de curso, portanto, é inevitavelmente influenciado pela minha biografia: uma pessoa não binária, bicha,

nordestina, parda (negra de pele clara). A minha busca por identidade me trouxe até essa pós-graduação. Não estou aqui apenas para criar algo ou fazer descobertas; este espaço de escrita é também uma denúncia. Uma denúncia do afastamento que sofrem pessoas pretas e pardas neste país, por não viverem dentro da ou próximas à cultura de matriz africana, afro-brasileira, dos povos originários, enfim da amefricanidade.

O conceito de embranquecimento está enraizado na história do Brasil e reflete um esforço sistemático para promover uma identidade nacional euro centrada. Políticas públicas e práticas sociais foram criadas para incentivar a imigração europeia e desencorajar a valorização das culturas africanas e indígenas. A escritora Cida Bento, no seu livro *O Pacto da Branquitude* (2022), nos apresenta a forma narcísica pela qual as pessoas brancas construíram um percurso para obter mais privilégios em detrimento da dignidade de outros grupos sociais. Esse fenômeno não apenas influenciou a composição demográfica do país, mas também impactou profundamente as identidades raciais e culturais. As pessoas pardas, muitas vezes, enfrentam uma dualidade em sua identidade, sendo percebidas como não suficientemente negras ou brancas, o que gera um sentimento de não pertencimento.

Aqui iremos mostrar alguns caminhos para uma possível autodeclaração para pessoas pardas (negras de pele clara) e pessoas miscigenadas. Assim, visamos criar percursos de autoconhecimento e busca pela ancestralidade em uma sociedade marcada por apagamentos históricos. É preciso reconhecer que a mestiçagem aconteceu com muita violência, através estupro de mulheres negras trazidas na condição imposta pela escravização e de mulheres dos povos originários. Esses abusos foram provocados e praticados pelos colonizadores. O escritor e pesquisador Kabengele Munanga, no seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra* (2020), explicita o medo que a elite brasileira tem dos processos de empoderamento da população negra, revisitando um percurso histórico, marcado pelo cientificismo, que aponta para como é difícil o processo de reconstrução da história pela população negra.

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça da elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí por que a raça se tornou o eixo do grande debate nacional que se tratava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaboraões especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem que reinterpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para reconstruir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora (Munanga, 2020, p. 54).

Reconhecer que uma pessoa mestiça não é uma pessoa branca, quando assim o for; olhar-se no espelho e reconhecer que os seus traços são pertencentes a uma população de matriz africana ou de povos originários são passos cruciais para a construção de uma identidade racial que celebre a diversidade e a complexidade das raízes brasileiras. Afinal, uma população que é fruto da violência de mulheres negras e de mulheres pertencentes aos povos originários necessita compreender os passos para uma autodeclaração étnico-racial ética, como: A busca pela identidade: percursos de reparação, emancipação da servidão, a busca pela ancestralidade, letramento racial como necessidade urgente, espiritualidade, religiões de matriz africana, o corpo como o lugar a ser cuidado, amor-próprio, contextos socioeconômicos e consciência de classe, racismo estrutural e letramento racial, se você não se racializar, alguém vai racializar você. Esses temas são apresentados ao longo da escrita, dando foco e convidando ao leitor reflexões sobre o lugar de uma pessoa negra de pele clara no Brasil.

A educação é um instrumento poderoso para esse processo, promovendo a conscientização sobre as contribuições culturais e históricas das populações negras e indígenas. A promoção do letramento racial envolve a criação de espaços de diálogo e aprendizado onde as pessoas possam explorar as suas histórias e experiências pessoais. Isso pode ser alcançado por meio de programas educacionais, oficinas comunitárias e iniciativas de mídia que destaquem narrativas da população negra e de povos originários. A literatura, a arte e a música também desempenham papéis fundamentais ao proporcionar representações positivas e autênticas da experiência (parda) de negros e negras de pele clara.

1. Uma Biografia “Branca”

Pessoas pardas, negras e negros de pele clara nascem e crescem muitas vezes sem saber quem são. Protegidos pelos pais que, mesmo sem serem brancos, constroem no imaginário dos seus filhos uma identificação com a classe dominante, detentora dos meios econômicos e de comunicação. Nesse sentido, a autora Alessandra Devulsky, em seu livro *Colorismo*, reforça o privilégio das pessoas brancas dentro de um sistema cuja estrutura é racista. Devulsky (2021) argumenta que o colorismo — a discriminação baseada na tonalidade da pele — exacerba as divisões dentro da comunidade negra e parda, perpetuando desigualdades e preconceitos.

A primeira forma pela qual o colorismo afeta negros claros é criando barreiras ideológicas no interesse natural que todo ser humano tem por compreender suas origens. Crianças que crescem em meio a um ambiente escolar e familiar estruturado em princípios de inferiorização da cultura africana, de vilanização as vítimas da escravidão e de invisibilização dos heróis e heroínas da resistência contra a escravidão não poderiam se desenvolver valorizando sua negritude. Na medida em que desconstruímos os fundamentos falaciosos do racismo baseados no absoluto desconhecimento da grandiosidade das civilizações africanas e a partir dos incontáveis exemplos de heroísmo dos movimentos de resistência negra organizada contra a escravidão, o racismo e, recentemente, contra a ditadura, crianças e adultos estarão aptos a se reconhecer no amplo aspecto de negritudes existentes na África e na diáspora. É a partir da reconstrução desses novos paradigmas que famílias inteiras podem reconhecer e viver sua negritude de maneira plena, valorizando filhos e netas que portam os signos de das africanidades no corpo e na sua existência política. (Devulsky, 2021, p. 27).

A falta de representatividade nos meios de comunicação e na educação contribui para a internalização de ideais eurocêntricos, que promovem padrões de beleza, comportamento e sucesso alheios às realidades e aspirações das populações pardas/ negras. Para muitas pessoas pardas, a descoberta da sua ancestralidade e a aceitação da sua identidade racial são processos transformadores que desafiam essas narrativas dominantes.

Esse trabalho delinea a construção da identidade de um homem negro de pele clara, pois compreendo a importância da construção de uma autoafirmação positiva e fortalecida para as pessoas pardas. Diante disso, este trabalho pretende ainda oferecer uma visão abrangente sobre os desafios e a falta de oportunidades enfrentados por essa população na busca pelo reconhecimento e valorização das suas origens. Isso será feito a partir de um recorte biográfico e das minhas leituras e pesquisas sobre o objeto da pesquisa. Apresentando algumas diferenças entre pessoas brancas e seus privilégios, em detrimento de pessoas negras,

ondem existem barreiras, muros e cercas de arames farpados, dificultando todos os dias essa população.

Ser branco no Brasil significa, assim, estar livre de qualquer parâmetro avaliativo do colorismo. Explica-se: Branco é ser a norma, posto que estar imbuído da identidade negra significa estar constituído de um ou de vários elementos desviantes daquilo que é normal. O que passa abaixo do radar racial é, portanto, um conjunto de características que, de modo uníssono, não deixam dúvidas de que um determinado sujeito branco ou tenha suas origens dissociadas, ao menos fenotipicamente, do que se convencionou compreender como branco, ou como europeu. Ser branco é pertencer à regra, enquanto ser negro e se aproximar da africanidade constitui o elemento excepcional que faz o tecido social, apesar dos esforços para seu apagamento, sua melhora ou sua extinção. Pertencer, no Brasil, ao grupo racial de brancos dispensa, deste modo, justificar suas origens ou precisar aperfeiçoar alguma característica para se aproximar do parâmetro europeu (Devulsky, 2021, p. 38-39).

Historicamente as camadas sociais que cercam uma pessoa branca de privilégios criaram a ilusão de que pessoas de pele clara, mas não brancas, poderiam usufruir dos mesmos privilégios. Essa ilusão, no entanto, causa muita dor e leva muitas pessoas a se autodeclararem como negras de pele clara apenas anos depois, após passarem por uma série de violências e racismo. A falta de letramento racial ou a falta de autoafirmação racial dessas pessoas cria um vazio nas suas narrativas e nos seus posicionamentos políticos, alimentando a fantasia de que, ao se perceberem como brancas, sofrerão menos.

Esse foi o pensamento dos meus pais. Eles acreditavam que, ao me criarem para me identificar com a branquitude, eu poderia escapar das adversidades enfrentadas pelas pessoas negras. Isso, entretanto, é um sistema construído pela branquitude, pelos opressores e colonizadores que detêm os meios de produção e preservam os seus privilégios sociais.

O sistema impõe narrativas brancas às pessoas negras. Isso está em tudo, especialmente nas mídias, onde a ausência de representatividade de pessoas negras e pardas em lugares de poder contribui para a perpetuação dessas construções subjetivas. A biografia que compartilho aqui é de uma pessoa que foi criada para ser branca, pensar como uma pessoa branca e agir como uma pessoa branca.

Além disso, é fundamental destacar o impacto dessas narrativas na construção da minha identidade e autoestima enquanto pessoa de pele clara, mas não branca. A internalização de ideais eurocêntricos promove padrões de beleza, comportamento e sucesso alheios às realidades e aspirações da população parda. A escritora Nilma Lino Gomes apresenta o pensamento de como é importante ter representatividades nos espaços midiáticos.

Nesses casos, a visibilidade figura como uma forma de resistência, tirando os estereótipos colocados na população negra.

O corpo do negro não se separa do sujeito. A discussão sobre regulação e emancipação do corpo negro diz respeito a processos, vivências e saberes produzidos coletivamente. Isso não significa que estamos descartando o negro quanto identidade pessoal, subjetividade, desejo e individualidade. Há aqui o entendimento de que sim “somos um corpo no mundo”, somos sujeitos históricos e corpóreos no mundo. A identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie individual.

No Brasil, o corpo negro ganha visibilidade social e tensão entre se adaptar-se, revolta-se ou superar o pensamento racista que o toma por erótico, exótico e violento. Essa superação se dá mediante a publicização da questão racial como um direito, vias práticas, projetos, ações políticas, cobrança do Estado e do mundo privado da presença da população negra na mídia, nos cursos superiores, na política, nos lugares de poder e decisão, na moda na arte, entre outros. A denúncia do racismo, a sua inserção como crime inafiançável e imprescritível sujeito a pena de reclusão garantida na Constituição de 1988, a presença dos negro e negras na mídia, no mercado de trabalho e nas universidades fazem parte desse cenário de lutas (Gomes, 2017, p. 94).

Muitas vezes, a descoberta da ancestralidade e a aceitação da identidade racial são processos transformadores que desafiam as narrativas dominantes. Para muitas pessoas pardas, a autodeclaração como negras de pele clara vem acompanhada de um doloroso processo de enfrentamento de violências e racismo, muitas vezes ocorrendo apenas anos depois de sua chegada na vida adulta.

As políticas públicas também desempenham um papel crucial na promoção da igualdade racial. Políticas de ação afirmativa¹, por exemplo, têm sido fundamentais para colaborar, impulsionar e corrigir disparidades históricas e oferecer oportunidades iguais para todos. No entanto, essas políticas precisam ser constantemente avaliadas e aprimoradas para garantir que realmente atendam às necessidades das populações pardas e negras. O escritor Rodrigo Ednilson de Jesus, no seu livro *Quem pode ser negro no Brasil?* apresenta-nos uma reflexão sobre os aspectos da autodeclaração dentro das políticas públicas e alguns impactos sobre a afirmação de identidades negras.

¹ O Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA) tem o objetivo de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres. Acessado em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/acoes-afirmativas#:~:text=%EF%BB%BFO%20Programa%20Federal%20de,pessoas%20com%20defici%C3%ancia%20e%20mulheres>.

Se observamos nos últimos quinze anos de debate público em torno das políticas de reservas de vagas para a população negra em universidades, poderemos perceber que, de fato, a demanda política apresentada à sociedade brasileira pelo movimento negro fez emergir uma série de perguntas antes mantidas, pedagogicamente, no silêncio, tais como: O Brasil é um país mestiço? Quem é negro e quem é branco no Brasil? Como se estruturam as desigualdades no Brasil? Como combater tais desigualdades? As respostas a tais perguntas foram produzidas e amplamente debatidas no âmbito das universidades brasileiras, mas também ganham as ruas, os lares e escolas: Afinal, quem pode quer (pode) ser negro no Brasil? Esta é a pergunta que emerge com força renovada no contexto das políticas de cotas para a população negra no Brasil.

No final da década de 1980, as vésperas do Censo Demográfico a ser realizado em 1990, o Movimento Social Negro elaborou uma campanha intitulada “Não deixe a sua cor passar em Branco”, cujo objetivo era politizar as identidades, sobretudo daqueles que, em função de seu lugar social de mestiços, tendiam a se identificar como brancos e não como negros. Tratava-se, a um só tempo, de “disputar” os pardos como parte da população negra e, ao mesmo tempo, enfatizar a importância de racialização das identidades (Jesus, 2021, p. 48).

Portanto, nossas análises não se limitam a uma investigação acadêmica: nosso percurso de pesquisa é também uma ferramenta de denúncia e um chamado à ação. Denúncia do afastamento e da marginalização de pessoas pardas em um sistema que privilegia narrativas brancas e invisibiliza as contribuições e a presença dessas populações na história e na cultura brasileira. É um convite para refletir sobre a importância da representatividade, do letramento racial e da construção de uma identidade racial fortalecida e positiva para as pessoas pardas, lidas aqui como negras de pele clara, que possua uma ética alinhada com aquilo que pensavam as nossas mães e os nossos pais dos Movimentos Negros Brasileiros.

SUGESTÃO:

Para início desse percurso gostaria de indicar, a série da plataforma Netflix apresenta várias narrativas negras inclusive de pessoas pardas (negras de pele clara) em sua temporada, sinopse: A série acompanha um grupo de estudantes negros de uma importante universidade dos Estados Unidos, pertencente à Ivy League, cuja maioria dos alunos é branca. *Dear White People* retrata como esses personagens lidam com o racismo no campus da universidade. Depois de uma festa de Halloween, com a um grupo de alunos brancos, várias tensões raciais se desenrolam no ambiente acadêmico. São 10 episódios, cada um focando um dos

personagens centrais, incluindo Sam White (Logan Browning), a criadora do programa de rádio que dá nome ao seriado.

Figura 1 – Cartaz da serie: Dear White People.



Fonte: Imagem colhida na internet – Wikipédia.

1.1 Um menino negro, uma criança viada, um gay periférico

É importante apresentar ao leitor minha síntese biográfica, retratando uma criança viada (um conceito que não existia nos anos 1990, mas hoje é usado em alguns grupos da comunidade LGBTQIAPN+), um menino negro de pele clara, fruto do casamento de uma mãe negra e um pai branco. Ao longo da minha vida, fui acumulando, como em um acervo, memórias de atitudes violentas para com o meu corpo. A *Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais: Investigações de Cosmopercepções Amefricanas* provocou essa busca por externalizar e expressar as inquietações de uma vida silenciada, uma vida que

tentou por quase quatro décadas se adaptar à branquitude. O processo de racialização e o reconhecimento da minha sexualidade ganham mais força a cada dia. E a escrita deste trabalho é uma procura por pares na militância, uma busca para sair da solidão, encontrar novos caminhos e práticas, para dar o devido protagonismo à minha comunidade negra. E, sobretudo, me olhar no espelho e ver um homem negro.

Essa pequena biografia é o perfil de quem está escrevendo, uma parte da vida narrada em poucas linhas para mostrar como a raça, a sexualidade e o gênero podem interferir na construção de mundos de um indivíduo. Sou vários e várias ao mesmo tempo, pesquisando e entendendo essa diversidade. A escritora Patrícia Hill Collins (2021) faz uma tradução dessa multidisciplinaridade, na qual reforça o conceito de que somos muitos ao mesmo tempo.

A ideia – que hoje se tornou senso comum – de que a identidade individual é moldada por múltiplos fatores que se destacam diferentemente de um contexto social para outro deve à premissa da interseccionalidade a respeito das identidades interseccionais. Em nível elementar, uma pessoa não precisa mais se perguntar: “Sou primeiro chicana, mulher ou lésbica?”. A resposta “sou simultaneamente chicana e mulher e lésbica” expande esse espaço de subjetividades e abrange múltiplos aspectos da identidade individual (Collins, 2021, p. 188).

Quando você é uma pessoa que faz parte da comunidade negra e LGBTQIAPN+, isso te marca desde o nascimento. O mundo que te recebe muitas vezes pode ser agressivo, violento, racista, homofóbico, misógino, opressor. Mas também pode apresentar muito amor. É nesse lugar do afeto que se concentra a energia motora dessa escrita, o amor que fui encontrando em meio ao caos. A escritora Bell Hooks, no seu livro *Tudo Sobre o Amor: novas perspectivas*, traz uma citação de como as narrativas, dentro de um lar ou na sociedade, são distorcidas, gerando uma confusão de aceitação desse sentimento.

Quando entendemos o amor como a vontade de nutrir o nosso crescimento espiritual e o de outra pessoa, fica claro que não podemos dizer que amamos se somos nocivos ou abusivos. Amor e abuso não podem coexistir. Abuso e negligência são, por definição, opostos a cuidado. Ouvimos com frequência sobre homens que batem na esposa e nos filhos e então vão ao bar da esquina proclamar apaixonadamente o quanto os amam. Se você conversar com a esposa num bom dia, ela pode insistir que ele a ama, apesar da violência. A grande maioria de nós vem de famílias disfuncionais nas quais fomos ensinados que não éramos bons, nas quais fomos constrangidos, abusados verbal e/ou fisicamente e negligenciados emocionalmente, mesmo quando nos ensinavam a acreditar que éramos amados. Para a maioria das pessoas, é simplesmente ameaçador demais, aceitar uma definição que não nos permitiria mais identificar o amor em nossas famílias. Muitos de nós precisamos nos apegar a uma ideia de amor que torne o abuso aceitável ou

que ao menos faça parecer que, independente do que tenha acontecido, não foi tão ruim assim (hooks, 2021, p. 48).

A sociedade é complexa, cheia de nuances e subjetividades: uma pessoa negra precisa desenvolver mecanismos de defesa e estratégias para não adoecer. Essa escrita, que objetiva concluir um curso, trouxe à tona vários gatilhos; muitas vezes, me vi chorando em meio às leituras e escritas. Foi fundamental construir muros, mesmo inconscientemente como um processo de sobrevivência. Como não nascemos com um manual de instruções, e os pais também não, são as experiências produzem conhecimento. A vida não será fácil, será desafiadora, angustiante, mas, ao mesmo tempo, apaixonante, composta por uma série de fatores e escolhas que nos levam a tomadas de decisão em cada situação experienciada.

Cresci entre dois mundos: a família branca do pai, que é da periferia de Recife, e a família preta da mãe, da cidade de Goiana, no interior do estado de Pernambuco, uma família que vivia do corte de cana-de-açúcar das usinas daquela região. No entanto, as duas famílias tinham algo em comum: a vida empobrecida por um sistema. Era um retrato clássico da família pobre: mãe empregada doméstica e semianalfabeta, pai que, para se salvar um pouco da pobreza, entrou para o corpo de bombeiros e depois se tornou taxista.

No início da infância, vivi em um cortiço onde compartilhava o espaço com outras famílias. Era basicamente um corredor de quartos que se situava ao lado de um córrego. Já a casa, para onde os meus pais se mudaram anos depois, ficava em uma vila de COHAB, em Caetés 1 – bairro localizado em Abreu e Lima, um município periférico próximo à cidade do Recife. Era uma casa muito pequena para seis pessoas: dois adultos e quatro crianças. Havia uma cozinha pequena, dois quartos pequenos, uma sala pequena e um quintal. Era um lugar esquecido pelas políticas públicas, onde a própria água chegava com escassez. A comida estava presente, mas sempre contada. Lembro-me da farinha com açúcar, do abacate do quintal batido com açúcar. Tive a sorte de ter pais cuidadosos, apesar dos poucos recursos. O ator e diretor Lázaro Ramos, em seu livro *Na minha pele*, conta como a infância pode criar comportamentos que só serão questionados na vida adulta, marcas que ficam e que demoramos a perceber.

Voltando à ilha: apesar da proximidade geográfica, o Paty continuou distantes dessas manifestações dos movimentos negros e dos significados de blocos como o Ilê Aiyê. Sem dúvida, existia uma proteção naquela vida. Não que a rotina dos moradores fosse fácil. Longe disso: pescar e plantar de sol a pino, viver com pouquíssimos recursos. Levar horas para chegar até um hospital – todos esses eram (e ainda são) obstáculos diários. Por outro lado, não era

preciso enfrentar um anúncio de emprego que exigia “boa aparência”. Nos anos de 1970, todo negro sabia o que essa expressão queria dizer.

Na ilha, o conceito de beleza era nosso. Cresci com minha mãe e tias dizendo que eu era lindo. Não tinha ideia se seria discriminado ou se minhas escolhas ficariam difíceis por causa da cor da minha pele. O que eu entendia eram as limitações de uma família com pouco dinheiro. Em geral, todo mundo tinha um sonho de trabalhar na indústria de petróleo da região. Ir além dessa linha parecia difícil. Outros limites também se mostravam quase impossíveis de ultrapassar. Eu me perguntava. Criança, se algum dia andaria de avião. Ou se era possível comprar, para fazer feijoadada, mais de uma calabresa. Seja qual for o tipo, nós chamávamos toda linguiça de chouriça. Parece piada, mas só descobri a distinção recentemente, já adulto. Na minha casa, comprava-se uma só chouriça, que era dividida entre toda a família – dava uma rodelinha para cada um. Por muito tempo, já morando no Rio de Janeiro, eu nem cogitava comprar duas, três unidades de embutido suíno. Só aos 31 anos percebi que essa regra da calabresa não existia, estava na minha cabeça. São marcas que ficam gravadas como tatuagem e nem sempre percebemos qual é o efeito em nós. Por isso, digo sempre aos meninos e meninas que têm uma origem parecida com a minha: não há vida com limite preestabelecido. Seu lugar é aquele em que você sonhar estar (Ramos, 2017, p. 27).

Nas minhas vivências da infância e da adolescência, a sobrevivência dependia de pegar água numa bica, feita pelos próprios moradores. Eu, menino ainda, junto com a minha mãe e o meu irmão mais velho, realizava essa tarefa rotineiramente. Nós descíamos uma ladeira alta mata adentro; a minha mãe descia com vários baldes e os distribuía depois de cheios. Cada um dos filhos ia com o seu balde e a minha mãe com três: um em cada mão e outro na cabeça. Enquanto nós, que éramos duas crianças, carregávamos o balde pesado com muita dificuldade, fazendo a água cair ao longo do caminho; minha mãe, que já possuía prática, aguentava firme e não derrubava quase nada. As duas irmãs mais novas ficavam em casa, aos cuidados das vizinhas. Essa imagem de uma mulher negra, carregando três baldes de água com os seus filhos, era comum no Nordeste. Inclusive, ela é descrita de forma poética e equivocada por vários escritores, colocando poesia em um sistema criado para deixar uma parte da população sem recursos básicos. Em um país onde a branquitude fez o seu pacto silencioso para que a população preta vivesse na miséria, foram criadas essas fotografias dolorosas na população periférica. A autora Cida Bento discute essa pauta em seu livro *O Pacto da Branquitude* 2022.

Ser uma criança viada, um adolescente viado, um menino negro de pele clara em uma periferia não é fácil. Os episódios de racismo que hoje identifico na minha biografia e as tentativas de abuso sexual, infelizmente, fazem parte desse contexto socioeconômico. Em alguns momentos, as violências surgem em forma de brincadeira e, outras vezes, com frases assediadoras que criam confusão na mente de qualquer pessoa que não cresceu em espaços formativos e familiares com letramento racial.

Meu pai, militar e bombeiro da cidade do Recife, não entendia que era pai de uma criança diferente do padrão heteronormativo branco. Isso pode ter sido difícil para ele, mas, para a criança e o adolescente que um dia fui, foi mil vezes pior; não havia mecanismos de defesa ou referências ao meu redor. As situações constrangedoras se repetiram ao longo da vida em Caetés; os confrontos foram constantes. Os pais precisam entender a importância do **letramento racial** em casamentos inter-raciais. Toda criança deve ter a liberdade de viver a sua identidade e conhecer a sua ancestralidade. Não são os padrões brancos estabelecidos que devem reger o comportamento infantil. O padrão nunca foi feito para todos os corpos, imagine quando se é negro e gay. Por isso, foram anos de conflitos e perseguições dentro da própria casa onde morei. A violência por um ser queer e negro vem de todos os lados. O chamado “modo de sobrevivência” fica ligado o tempo todo; é como se vivêssemos sempre prontos para correr, brigar e morrer. Dentro do próprio universo heteronormativo, existe uma pressão sobre o comportamento masculino, anulando tudo que é íntimo, delicado ou se aproxime do feminino, como cita abaixo o autor JJ Bola, em seu livro *Seja Homem*:

“Claramente gay”, essa definição é quase sempre usada quando homens dividem algum tipo de intimidade (não sexual), expressando vínculos ou sentimentos de uma maneira que vai além das expectativas hipermasculinas. Pode ser algo simples, como dizer “eu te amo”. Ou dois homens se abraçando ou até dando as mãos. Seja qual for o tipo de contato, quando ele acontece entre dois homens, provocando alguma proximidade, é comum que a reação ganhe contornos de censura. Como também é o caso dos homens dizendo, pelos mesmos motivos acima, coisas como “sem veadagem nenhuma” ou “sem frescura”, ao invés de assumirem a postura “claramente gay”. Quer dizer, é muito possível você encontrar um homem falando para o outro: “você está bem bonito hoje, sem veadagem nenhuma”. O que é um comentário insidiosamente homofóbico. Apesar de ser usado quase sempre com tom de brincadeira, ele ainda assim perpetua uma expressão enraizada e tóxica da masculinidade: de que, se os homens gostam uns dos outros, ou se demonstram carinho uns pelos outros, isso precisa ser resguardado por uma declaração adicional que reafirma o quanto eles são héteros (Bola, 2020, p. 27).

O autor cita acima o comportamento entre homens héteros, que tem essa grande dificuldade de demonstrar afeto e/ou carinho com os colegas do mesmo sexo. Mas, quando isso vai para a comunidade gay, transforma-se em perseguições e violências, em níveis alarmantes de cobrança e em um forte silenciamento.

Esta biografia mostra como a interseção de raça, sexualidade e gênero pode moldar a construção do mundo de um indivíduo. Ao longo da minha vida, enfrentei inúmeros desafios e conflitos resultantes dessas interseções. Por isso, essa pós-graduação não é apenas um espaço

de descobertas acadêmicas, mas também um lugar de denúncia e resistência. Denúncia do afastamento e da marginalização de pessoas negras e pardas em um sistema que privilegia narrativas brancas, ao mesmo tempo, em que invisibiliza as contribuições e a presença dessas populações na história e na cultura brasileira. Trata-se de um convite para refletir sobre a importância da representatividade, do letramento racial e da construção de uma identidade racial fortalecida e positiva para as pessoas pardas e negras de pele clara.

SUGESTÃO:

A música *Não Recomendado*, do cantor Caio Prado, mostra, de uma forma poética, como os corpos dissidentes têm desafios e como a ótica de uma sociedade branca, racista e homofóbica percebe a comunidade LGBTQIAPN+, gerando diversas perseguições. Como podemos ler abaixo:

Uma foto, uma foto/Estampada numa grande avenida/ Uma foto, uma foto/Publicada no jornal pela manhã/ Uma foto, uma foto/Na denúncia de perigo na televisão/ Uma foto/Estampada numa grande avenida/ Uma foto/Publicada no jornal/ Uma foto/Na denúncia de perigo na televisão/ A placa de censura no meu rosto diz/ Não recomendado à sociedade/ A tarja de conforto no meu corpo diz/ Não recomendado à sociedade/ A placa de censura no meu rosto diz/ Não recomendado à sociedade/ A tarja de conforto no meu corpo diz/ Não recomendado à sociedade/ Pervertido, mal-amado, menino malvado, muito cuidado/ Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado/ Pervertido, mal-amado, menino malvado, muito cuidado/ Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado/ A placa de censura no meu rosto diz/ Não recomendado à sociedade/ A tarja de conforto no meu corpo diz:/ Não recomendado à sociedade/ A placa de censura no meu rosto diz/ Não recomendado à sociedade/ A tarja de conforto no meu corpo diz:/ Não recomendado à sociedade/ Oh, oh, oh/ Oh, oh, oh/ Oh, oh, oh/ Não olhe nos seus olhos/ Não creia no seu coração/ Não beba do seu copo/ Não tenha compaixão/ Diga não à aberração/ A placa de censura no meu rosto diz/ Não recomendado à sociedade/ A tarja de conforto no meu corpo diz/ Não recomendado à sociedade/ A placa de censura no meu rosto diz/ Não recomendado à sociedade/ A tarja de conforto no meu corpo diz/ Não recomendado à sociedade²

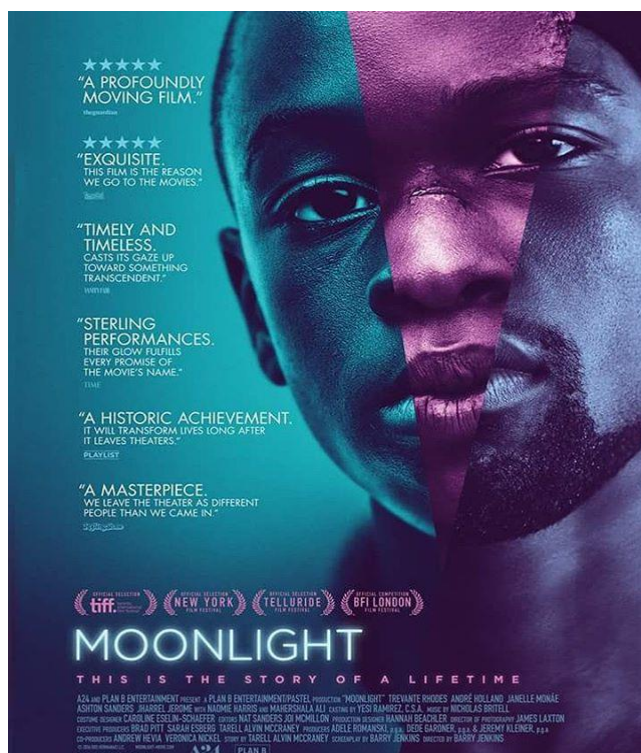
A música do cantor Caio Prado representa uma grande parte das pessoas que integram a comunidade LGBTQIAPN+. Para elas, coisas simples do cotidiano, como entrar em um ônibus, transformam-se em uma porta aberta para sentir que alguém vai te julgar e denunciar por algo que não é ilegal. Corpos dissidentes são perseguidos em sociedades racistas e heteronormativas.

SUGESTÃO:

² Caio Prado Ribeiro, mais conhecido como Caio Prado, é um cantor e compositor brasileiro, nascido no subúrbio do Rio de Janeiro.

O filme *Moonlight: Sob a Luz do Luar*, apresenta em sua sinopse: A história de um menino gay, pobre e periférico. O filme comovente e intenso, faz uma espécie de construção psicossocial de um menino que desde cedo encontrou muita dificuldade para se entender, se aceitar e compreender por que era tão excluído e humilhado pelas outras crianças. Quietamente e sensível, Little (Alex R. Hibbert) se sentia diferente dos seus colegas, meninos que afirmavam a sua masculinidade pela agressão e pelo bullying enquanto ele adorava dançar.

Figura 2 – Cartaz do filme - *Moonlight: Sob a Luz do Luar*.



Fonte: Imagem colhida na internet – Wikipédia.

1.2. A minha escrita e educação foram roubadas

Como disse, fui uma criança viada, negra de pele clara, nascida em Recife, no final dos anos 1970. Viver a infância e a adolescência em uma periferia, abandonada pelas políticas públicas, gera muitos desafios e conflitos. O ensino formal nesses territórios abandonados é precário e traz consigo as mazelas do mundo para dentro da sala de aula. Mesmo sem entender que era uma pessoa negra na época, algumas frases dentro da escola já chegavam aos meus ouvidos me localizando nesse mundo, ou seja, me racializando mesmo sem perceber.

Um negro de pele clara fica entre mundos. O modo como alguns dos meus colegas de sala me chamavam indicava isso: “cor de catarro na parede”, “cara de papelão”. Não entendia que isso era racismo na época, até porque me refiro ao início dos anos 1990, mas as frases não saíram da minha memória. Como não entendia esse ato dos colegas de turma como um ato racista, era impossível me defender.

Uma das principais buscas pela minha identidade como um homem negro nesse país passou pelo direito de me expressar para além da oralidade – usando a palavra escrita, como um lugar de resistência e de preservação de memória. Não pretendo aqui, em nenhum momento, diminuir o valor da cultura oral, da língua falada, afinal, essa modalidade salvou muitas vidas nesse país e criou espaços de resistência e memória. Foi a nossa saída da mão do opressor. Mas a escrita e a educação que nos foram roubadas de forma estratégica constituíram um dos principais meios utilizados, pelo colonizador e pelas pessoas que detêm até hoje os meios de produção, como argumento para separar socialmente as pessoas umas das outras. Essa distinção serviu para restringir a população negra e de povos originários a um lugar de inferioridade, coibindo e impedindo um ensino de qualidade, excluindo e deixando tais grupos fora das academias e da produção de conhecimento escrito acadêmico. A autora Sueli Carneiro, no seu livro *Dispositivo de Racialidade 2023*, aponta e denuncia como pessoas negras têm, sistematicamente, o seu processo de formação prejudicado:

Já para pessoas subalternas a educação é reconhecidamente o instrumento mais efetivo e seguro de ascensão social no Brasil, o controle e a distribuição das oportunidades educacionais vêm instituindo uma ordem social racialmente hierárquica. Essa maneira de administração das oportunidades educacionais permitiu a promoção da exclusão (racial) dos negros e a promoção (social) dos brancos de classes subalternas, consolidando, ao longo do tempo, o embranquecimento do poder e da renda e a despolitização da problemática racial, impedindo, ao mesmo tempo, que essa evoluísse para um conflito aberto. Estando a pobreza racializada ao ponto de tornar os negros “uma espécie de símbolo antológico das classes econômicas e politicamente subalternas”, os dados da educação desagregados por cor demonstram que os negros obtêm níveis de escolaridade inferiores aos dos brancos da mesma origem social e, ainda, que no final dos anos 1990 os brancos tinham probabilidade sete vezes maior que os negros de completar estudos universitários. Dados do IBGE também confirmam essa desigualdades étnico-raciais: pessoas negras têm menor número de anos de estudo do que pessoas brancas. Na faixa de etária entre catorze e quinze anos, o índice de negros não alfabetizados é 12% maior do que de brancos não alfabetizados (Carneiro, 2023, p. 108).

Houve algumas mudanças nesse cenário com as políticas de cotas em todo Brasil, mas, quando comparamos a quantidade de analfabetos nos “brasis”, percebemos que o analfabetismo ainda é algo devastador, com larga concentração da população negra.

A escrita, além de libertar outros sentidos e subjetividades, nesse mundo que habitamos e vivemos, é um dos modos de produção escolhido para perpetuar a memória. Os sujeitos históricos estão nos livros que chegam às nossas mãos. Nas escolas, ao longo do processo educacional, apresentam-nos livros em que os fatos históricos estão escritos na perspectiva do colonizador. Essa narrativa escrita foi inicialmente tirada da população negra brasileira. Hoje existe uma produção acadêmica e literária crescendo, mas, em um país majoritariamente negro (55% da população é negra pelo último censo do IBGE), ainda é possível notar como a negritude ainda é sub-representada. O ensino público de qualidade precisa, portanto, ir ao encontro dessa população.

A escola pública em que estudei a vida toda era muito ruim. Esse espaço educacional não apresentava possibilidades de futuro, tinha uma estrutura para que os indivíduos se tornassem mão de obra barata. A escritora Eliene de Cavalleiro, em seu livro *Veredas das Noites Sem Fim: Socialização e Pertencimento racial em gerações de sucessivas de famílias negras*, traz um exemplo de como a educação no Brasil reproduz e estrutura um sistema racista, em que pessoas negras ficam à margem de uma educação de qualidade. Nega-se um ensino emancipador, empoderado e que possa permitir que o corpo negro se liberte da condição de subalterna construída pela branquitude.

O sistema educacional brasileiro, da mesma forma que boa parte de nossas instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta, em muitos momentos, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial as consideradas diferentes, e com destaque para os pertencentes a população negra. Ao reproduzir e ao disseminar as ideologias e os conceitos da sociedade que desvalorizam o grupo negro, o sistema educacional garante às crianças e adolescentes negros tenham um tipo de tratamento que dificulta e, por vezes, impede a sua permanência na escola ou seu sucesso escolar (Carvalho, 2013, p. 53).

Um espaço educacional não deve reproduzir os aspectos de uma sociedade embranquecida. Sem um ensino de qualidade, não há esperança ou força para furar esse sistema. Só fui entender o valor da educação depois de adulto; nesse momento percebi que estava muito atrasado em relação aos outros. É como se numa corrida de 100 metros, eu só pudesse começar a correr após 10 minutos, enquanto os outros terminam em 15 segundos. Ser

um corpo negro *queer* dentro de um sistema educacional racista tira a perspectiva de futuro de toda uma população.

Quando entendi que a educação e a arte foram os portais que cruzei para uma vida com mais oportunidades, já era um homem adulto. Como uma criança negra que nasceu na periferia do Recife, no bairro de Monsenhor Fabrício (arredores da Avenida Caxangá), e viveu em cortiços de aluguel até o meu pai conseguir uma casa em uma vila de COHAB, a escassez sempre esteve presente em todos os sentidos. Refiro-me às coisas básicas que toda criança deveria ter: uma alimentação de qualidade, uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade. Eu fui o primeiro homem da família a ter uma formação superior, filho do FIES - Fundo de Financiamento Estudantil³, como costumo citar. Mas isso não me traz orgulho, apenas desmascara um sistema opressor e denuncia o que acontece com a população negra que fica à margem dos serviços básicos para uma vida de qualidade. Bem diferente de um grupo de pessoas brancas que sempre teve acesso a tudo, perpetuando a lógica de uma sociedade desigual.

A educação e a arte se tornam protagonistas de uma mudança de comportamento num corpo negro que estava sendo estruturado para servir. Na minha juventude, eu servi como mão de obra barata, trabalhando em uma loja de departamentos descarregando caminhão. A arte, especialmente, foi um farol que iluminou o meu caminho em meio à desigualdade. Encontrei na literatura, no teatro, no circo, na dança e na música maneiras de expressar as minhas experiências e de resistir às forças que tentavam me subjugar. A arte me ofereceu uma visão do mundo que transcendia as limitações impostas pela pobreza e pela discriminação racial.

A luta por uma educação de qualidade para todos é uma questão de justiça social. Um sistema educacional que falha em atender as necessidades das populações negras e periféricas perpetua a exclusão e a marginalização. A ausência de políticas públicas efetivas que garantam acesso igualitário à educação de qualidade é um reflexo da negligência histórica e estrutural que continua a afetar essas comunidades. É necessário implementar medidas que promovam a inclusão e a equidade, como programas de ação afirmativa, investimentos em infraestrutura escolar e a valorização dos profissionais da educação.

Além disso, a educação antirracista deve ser uma prioridade. As escolas devem ser espaços onde todas as crianças, independentemente da sua cor ou origem, se sintam valorizadas e representadas. Isso inclui a revisão dos currículos para incluir a história e as

³ Trata-se de um programa do Ministério da Educação, instituído pela lei nº 10. 260, de julho de 2001.

contribuições das populações negras e dos povos originários, a formação continuada de professores sobre questões raciais e a criação de um ambiente escolar que combata todas as formas de discriminação. Em janeiro de 2003 foi aprovada a lei 10.639 pelo presidente Luís Inácio Lula Da Silva, que estabelece o ensino nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais ou particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e cultura afro-Brasileira. Essa lei foi e é fundamental para que pessoas negras possam ter acesso a sua ancestralidade através da educação.

A experiência de crescer em um ambiente de privação e desigualdade molda profundamente a visão de mundo de uma pessoa. A minha trajetória, marcada pela luta constante contra as adversidades, é um testemunho do impacto devastador que a exclusão educacional e social tem sobre as populações negras. No entanto, também é um testemunho do poder transformador da educação e da arte. São esses elementos que podem romper o ciclo de pobreza e marginalização, oferecendo novas possibilidades e esperanças.

A minha história é apenas uma entre muitas, milhares de pessoas negras nesse país. É preciso reconhecer e valorizar as histórias de todos aqueles que apesar das dificuldades, conseguem superar os obstáculos impostos por um sistema desigual. A luta por uma educação justa e inclusiva é uma luta por um futuro em que todas as crianças tenham a oportunidade de alcançar o seu pleno potencial, onde a cor da pele não determine o destino de uma pessoa.

Em resumo, a educação e a arte são fundamentais para a emancipação e o empoderamento das populações negras e periféricas. Elas oferecem as ferramentas necessárias para questionar e desafiar as estruturas opressivas, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. É imperativo que continuemos a lutar por um sistema educacional que verdadeiramente atenda às necessidades de todos, reconhecendo a grande importância da representatividade, da inclusão e da equidade. Apresento abaixo uma citação do impacto da ausência de ensino de qualidade para pessoas negras.

Nesse caminhar como revela o estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o sistema educacional tem conservado, ao longo dos anos, um diferencial sempre em prejuízo da população negra. Mesmo diante de diversas medidas dotadas pelo MEC, ao analisarmos o gráfico, percebemos que a desigualdade na escolarização de negros e brancos permanece basicamente a mesma desde o começo do século passado. Tal constatação revela a inexistência de equidade nos níveis educacionais de brancos e negros, apesar da crescente expansão das redes públicas nesse período. Como decorrência dessa educação desigual, o baixo nível de escolaridade da população negra contribui para manter a exclusão do mercado de trabalho, agravada pelas atuais mudanças gestadas pela globalização mundial da economia que impõem a necessidade de profissionais com maior qualificação

e escolarização. Acrescente-se a isso que os processo de seleção operam, por vezes, com a mentalidade racista. Valores negativos como a inadequação são atribuídos aos(as) negros(as), desqualificando-os para obter os postos de trabalhos mais elevados. A seleção pautada com orientação fenotípica pode ponderar sobre quaisquer outros critérios para a escolha de candidatos para uma vaga ou promoção profissional (Carvalho, 2013, p. 55).

Os aspectos de uma educação precária não criam ou geram um olhar para o futuro. Foi isso que aconteceu comigo: fui descarregar caminhões em uma loja de departamentos. A minha família naquela época, comemorou, pois, com minha educação insuficiente, esse era o tipo de trabalho que estava destinado ao meu corpo negro.

A mudança na minha trajetória surgiu porque sempre há um(a) professor(a) com a capacidade de transformar vidas. Mesmo nos lugares mais inóspitos, surgem sopros de esperança que podem mudar a realidade de um bairro inteiro. No início dos anos 1990, em Caetés 1, conheci um professor chamado Zezo de Oliveira. Ele era professor de biologia, mas também atuava em um grupo de teatro de rua. Voluntariamente, Zezo como era carinhosamente chamado por todos e todas, oferecia aulas de dança, teatro, poesia, e muito mais. Nesse período, ele formou grupos artísticos e sempre nos incentivou a valorizar a educação. Ele nos mostrou que o mundo era muito maior do que a pobreza e a escassez de Caetés 1.

Esse encontro com um professor em meio a uma escola precarizada pelo sistema foi decisivo para eu me tornar o cidadão que sou hoje, alguém que luta por espaços igualitários e que estimula jovens artistas a expandirem os seus processos criativos. Cresci sem referências de professores, acadêmicos, médicos, advogados, juízes, políticos ou empresários, profissões que na minha visão de criança e jovem eram destinadas a outra classe social; à população branca. Porque não havia referências de pessoas negras nessas funções próximas a mim. Não critico outras profissões, mas quero explicitar que no Brasil, algumas carreiras não são vistas como acessíveis às classes sociais com poucos recursos econômicos. Elas não se transformam em desejos, sonhos ou metas de vida, pois há um distanciamento imposto pelo sistema. É como se nós não fôssemos destinados a essas profissões.

A maior perspectiva de carreira na minha vida era chegar a gerente de caixa. Fiquei nessa função por quatro anos, até decidir abandoná-la, ou melhor, fugir para não perder a minha humanidade. A educação e a arte foram os principais fatores geradores desse movimento de ruptura com a estrutura imposta pela sociedade capitalista e racista. O desejo

de ser artista me impulsionou. Porém, romper com um sistema não é fácil; essa luta continua até hoje.

A questão da precariedade da educação para a população negra e periférica é um reflexo das desigualdades históricas e estruturais. Segundo o IBGE, as taxas de analfabetismo e de evasão escolar são significativamente maiores entre negros e pardos do que entre brancos⁴. Além disso, a falta de investimento em infraestrutura escolar nas periferias perpetua um ciclo de exclusão.

A falta de referências negras em profissões prestigiadas perpetua a ideia de que certos caminhos não são possíveis para pessoas negras. Este fenômeno, conhecido como "teto de vidro"⁵, limita as aspirações e oportunidades para essas populações. É fundamental que a sociedade reconheça e valorize as contribuições de profissionais negros em diversas áreas, proporcionando assim modelos de sucesso para as futuras gerações.

Zezo de Oliveira, o meu professor de biologia e arte, é um exemplo de como a educação pode ser um agente de mudança. A sua dedicação voluntária e o seu compromisso com a comunidade mostraram que a educação vai além da sala de aula; ela é uma ferramenta de empoderamento e transformação social. A sua influência foi um divisor de águas na minha vida, provando que um único educador pode ter um impacto duradouro e profundo.

Dessa forma, a educação e a arte são fundamentais para romper as barreiras impostas por um sistema racista e capitalista. Elas proporcionam às pessoas negras e periféricas as ferramentas necessárias para questionar e desafiar essas estruturas opressivas, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. Continuar a lutar por um sistema educacional que verdadeiramente atenda às necessidades de todos é essencial para garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de alcançar o seu pleno potencial, independentemente de sua cor ou origem.

SUGESTÃO:

O documentário *“Nunca me sonharam”*, descortina a realidade do Ensino Médio nas escolas públicas brasileiras, chega ao cinema apresentando relatos, sonhos e expectativas que

⁴ Segundo o IBGE a taxa de analfabetismo de pretos e pardos é duas vezes maior que a dos brancos. Em 2022, entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos alcançou 9,3%, enquanto entre pretos ou pardos ela chegava a 23,3%.

⁵ <https://congressosp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1607.pdf>

questionam o valor da educação na etapa mais transformadora dos estudantes: a adolescência. O filme provoca o espectador a ouvir a principal voz que pulsa nesse contexto: a juventude. Do mesmo diretor de Tarja Branca, Cacau Rhoden, e dos mesmos produtores de O Começo da Vida, o documentário traz também depoimentos de professores, diretores de escolas e especialistas de diferentes regiões do país, contribuindo para a reflexão do papel da educação na garantia de direitos e na redução das desigualdades sociais no Brasil. A produção vai além de opiniões e histórias, nos possibilitando entrar em contato com os principais desafios da educação pública, especialmente na etapa do ensino médio. Estudos apontam que 1,6 milhões de jovens estão fora da escola, boa parte deles também fora do mercado de trabalho. É preciso compreender quais indicadores estão por trás dessa realidade, em tempos que estudantes não encontram sentido em frequentar o espaço escolar. Temas como racismo, machismo, gravidez precoce, pobreza e violência são revelados como questões que impactam a vida social dos estudantes e, conseqüentemente, a aprendizagem desses alunos. A fragilidade na formação docente para lidar com a juventude também é apontada como um conflito social, e nos faz questionar: qual é o custo para a sociedade brasileira quando renunciamos ao investimento na educação?

Figura 3 – Cartaz do filme: “Nunca me sonharam”.



Fonte: Correio Brasiliense.

2. A Busca pela Identidade: percursos de reparação

Um dos processos mais desafiadores para uma pessoa parda (negra de pele clara) é a busca por sua autoidentificação em uma sociedade que se construiu sobre o apagamento dos saberes africanos e dos povos originários. A chegada da população africana ao Brasil não foi um processo organizado pela população negra, totalmente diferente da chegada dos europeus. O europeu chega com direito a terras, incentivado pelo processo de embranquecimento do país. O africano sequestrado e vendido chega ao Brasil na condição imposta de escravizado, misturando nações com línguas e costumes diferentes. O colonizador separou famílias na tentativa de impedir rebeliões da população negra, mas essa tentativa de coibir a população negra não adiantou. Porque isso não impediu as revoltas, conflitos, estratégias de sobrevivência de uma população, um exemplo são as formações de quilombos em quase todo Brasil. O povo negro carrega em sua ancestralidade a resistência de ir contra um sistema racista.

O apagamento da origem da população negra que sofreu diáspora, gerou um buraco na identidade dos descendentes que nasceram no Brasil, privando-os de suas raízes e da história de seus ancestrais.

É muito comum que um descendente de europeu saiba de onde veio, conheça seu país de origem, e tenha acesso à história de seus antepassados. Esse privilégio de memória e pertencimento foi dado as pessoas brancas, entretanto, foi negado à população negra. O ator Clayton Nascimento⁶ relata em sua página do Instagram, ele sendo uma pessoa preta, foi buscar a origem do seu nome, porque no Brasil existem poucos registros que dizem de onde você é ou pertence. A história da África, rica em culturas, civilizações e conhecimentos, foi sistematicamente silenciada e marginalizada pelos colonizadores, que preferiram difundir uma imagem da África como um continente homogêneo, selvagem e atrasado. Esse estigma enraizado na mentalidade ocidental, contribuiu para desumanizar os africanos e justificar a escravização.

⁶ Clayton Nascimento é um renomado ator, dramaturgo, diretor e professor brasileiro. Ele conquistou destaque ao vencer o prêmio Shell de teatro como melhor ator 2023, sendo o quarto ator negro mais jovem a receber esse reconhecimento.

Para as pessoas negras nascidas no Brasil, essa desconexão com a África é particularmente dolorosa. Durante séculos, a educação formal no Brasil ignorou ou distorceu a história africana, apresentando-a de forma superficial ou com viés racista. A narrativa dominante excluiu as contribuições africanas para a ciência, filosofia, arte e literatura, além de minimizar as resistências e revoltas organizadas por africanos escravizados no Brasil contra o sistema opressor.

Minha história, por exemplo, chega só até o meu avô, um homem que trabalhava no corte de cana nas usinas de açúcar no interior de Pernambuco. Quem veio antes dele? Antes do pai dele? A resposta permanece desconhecida, uma lacuna que reflete o apagamento deliberado das nossas raízes africanas. Essa falta de conexão com o passado dificulta a construção de uma identidade plena, deixando muitos negros brasileiros em uma busca incessante por pertencimento.

A busca pela nossa identidade é, portanto, um processo de reparação. Reconectar-se com a história da África é uma das formas mais poderosas de reparar as feridas deixadas pelo colonialismo e pela escravidão. Conhecer as civilizações africanas antigas, como o Egito, Mali, Songhai, e a Etiópia, entre tantas outras, é essencial para reverter o estigma de inferioridade imposto aos negros. Entender as filosofias como o ubuntu, as religiões de matrizes africanas como o candomblé e as crenças tradicionais ancestrais, fortalece a noção de que a África sempre foi um continente de conhecimento e espiritualidade profundos.

Uma das buscas que pode funcionar como reparação é conhecer as figuras negras importantes na nossa história, tanto no Brasil quanto no continente africano. Aprender sobre líderes como Zumbi dos Palmares que liderou a resistência no Quilombo dos Palmares, ou sobre Nzinga Mbande a rainha guerreira de Ndongo e Matamba – capazes de proporcionar inspiração e orgulho. Esses exemplos mostram que a luta e a resistência fazem parte da herança africana e que a história negra é marcada não só pela dor, mas também pela resiliência e conquistas.

Estabelecer uma relação com o continente africano vai além do reconhecimento histórico; é uma maneira de resgatar uma conexão cultural e espiritual. Conhecer a história da África ajuda a desmistificar a narrativa colonial e a valorizar as raízes africanas em toda a sua diversidade e riqueza. Como nos apresenta o escritor e pesquisador kabengele Munanga em seu livro *Negritude Uso dos Sentidos 2020* que os povos africanos não são o que é narrado pelo invasor e colonizador.

O negro foi reduzido, humilhado e desumanizado desde o início, em todos os cantos em que houve confronto de culturas, numa relação de forças (escravidão x colonização), no continente africano e nas Américas, nos campos e nas cidades, nas plantações e nas metrópoles. Essa redução visava a sua alienação, a fim de dominá-lo e explorá-lo com maior eficácia. No entanto, nem todas as populações negras foram totalmente alienadas. Uma categoria de africanos teve, ao menos no começo, uma reação reservada diante das intenções introduzidas pelo colonizador. Trata-se da maioria das populações vivendo ainda nos territórios étnicos e das massas espalhadas em todas as cidades de origem colonial. Isso não significa que esses anônimos não tivessem contato bruto com o estrangeiro. Tiveram sim, como todos. Mas felizmente continuaram a praticar uma espécie de resistência passiva, funcionando como um bastião, no qual o patrimônio cultural legado dos ancestrais continuou a ser transmitido de geração a geração. O povo guardou sua língua e sua arte, maquis que o protegiam das tentações alienantes (Munanga, 2020, p. 41).

Esta sociedade foi moldada por um sistema que privilegia a população branca, criando uma hierarquia racial onde as pessoas pardas muitas vezes se perdem. Isso ocorre porque elas podem ter uma aceitação maior devido ao tom da sua pele e em alguns casos, não possuem traços negroides acentuados - mas ainda assim são relegadas a espaços de servidão. Essa realidade complexa cria um dilema identitário para muitas/os pardas/pardos, que vivem em uma linha tênue entre a aceitação e a marginalização

Como coloca a autora Cida Bento em seu livro *"O Pacto da Branquitude"* 2022, a sociedade brasileira está estruturada para manter a população negra e parda em posições subalternas, perpetuando um ciclo de exclusão e marginalização. Romper com esse ciclo exige um esforço coletivo de valorização da cultura negra, promoção da autonomia e fortalecimento da esperança. “Esse fenômeno tem um nome: branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter os seus privilégios” (Bento, 2022, p. 18).

Uma questão crucial para as pessoas pardas entenderem seu papel na sociedade é: "Se você estivesse no período colonial, você seria uma pessoa escravizada ou um senhor de engenho?" A resposta a esta pergunta é fundamental para entender o processo de pesquisa identitária, pois, historicamente, pessoas pardas eram frequentemente escravizadas. Contudo, por serem filhos de pessoas de pele clara, podiam ter certos privilégios e até acesso a algum nível de educação para melhor servir na casa grande. Essa ambiguidade histórica ainda ressoa atualmente, onde a cor da pele pode determinar o nível de aceitação ou exclusão social. Lembro-me de quando criança e ia para rua com a minha mãe fazer alguma coisa, como por exemplo, compras, etc., às vezes ela era abordada pelas suas amigas ou vizinhas que tinha sempre a mesma frase “Maria, que menino bonito, olha como ele é clarinho”. Naquele

período não sabia que era racismo que minha mãe estava enfrentando e sofrendo, mas também é como se tivesse um subtexto, dizendo que eu talvez iria sofrer menos por ter uma pele clara.

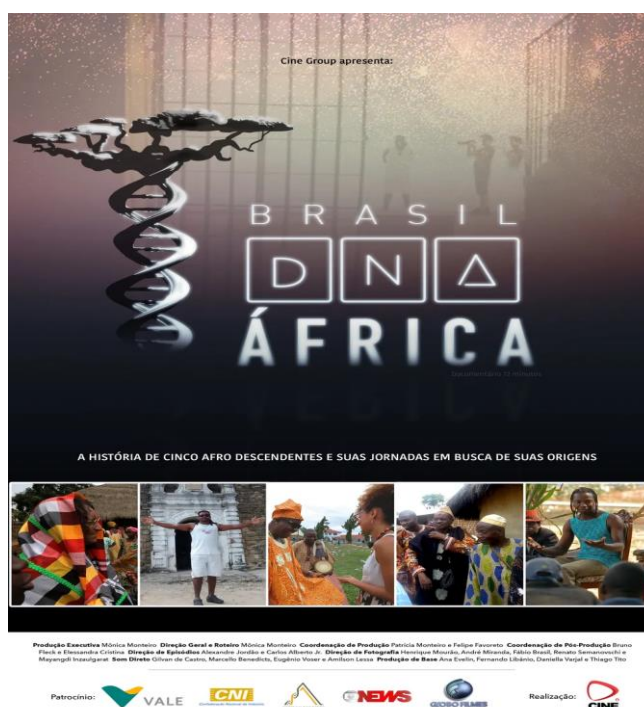
Portanto, o conhecimento e a reconexão com a história africana e afro-brasileira são essenciais não apenas para entender o passado, mas para moldar uma identidade forte e consciente no presente. É um caminho de empoderamento e de resgate da dignidade, onde a história é reescrita e os laços com o continente africano são revitalizados, promovendo uma autoidentificação baseada no orgulho de uma herança rica e resiliente.

SUGESTÃO:

O filme *Brasil DNA ÁFRICA* na tentativa de saber mais sobre as etnias ancestrais do povo brasileiro, o documentário narra o processo de resgate da origem de cinco cidadãos comuns, que se submetem a um teste de DNA e encontram suas origens na África. Após as descobertas, eles embarcam numa jornada de autoconhecimento, ao visitar os cinco países africanos de onde seus antepassados foram trazidos como escravos para o Brasil. Qual a sua identidade, ancestralidade? Como você se identifica? Na partida para embarcar nos navios negreiros, africanos escravizados eram obrigados a dar várias voltas em torno do imenso Baobá, considerada a árvore do esquecimento, deixando ali sua memória, crenças, origens e história, para batizados com uma nova identidade cristão-ocidental e serem enviados a diversos países, onde seriam apenas escravizados, e se resistissem os seus descendentes. O filme pode ser encontrado na plataforma do youtube⁷.

⁷ https://www.youtube.com/watch?v=_a2NLhL27Yc&t=2438s

Figura 4 - Cartaz do Filme: Brasil DNA ÁFRICA.



Fonte: Imagens colhidas na internet – Globo Filmes.

2.1 Emancipação da servidão

A servidão é outro ponto fundamental na experiência das pessoas pardas (negras de pele clara). Uma pessoa parda pode até ter um emprego economicamente mais vantajoso do que uma pessoa preta, mas ainda assim estará ligada aos processos de servidão. Este vínculo persiste porque o sistema racista não permite uma verdadeira ascensão social que desafie a estrutura de poder estabelecida. Apresento isso como um ciclo que precisa ser rompido por pessoas negras, que são frequentemente colocadas em lugares de servidão.

A autonomia e a emancipação são essenciais para quebrar esse ciclo de servidão. A importância da autonomia reside na capacidade de tomar decisões independentes e de não estar subordinado a uma estrutura que perpetua a desigualdade. A emancipação, por sua vez, é o processo de se libertar dessas amarras e alcançar uma posição de igualdade e respeito na sociedade. Contudo, a emancipação não se limita apenas à esfera social; ela também deve incluir a emancipação intelectual e econômica, que são pilares fundamentais na luta contra um sistema opressor.

Emancipação Intelectual: A emancipação intelectual é um dos primeiros passos na luta contra a opressão, pois é através do conhecimento que se ganha consciência crítica sobre a realidade. A educação tem o poder de transformar mentalidades e de abrir portas para novas oportunidades. No contexto de uma sociedade racista, a emancipação intelectual significa buscar uma educação que vá além dos currículos tradicionais, que muitas vezes ignoram ou distorcem as contribuições e histórias dos povos africanos, afro-brasileiros e povos originários. Tive a sorte, mesmo oriundo de uma vida empobrecida pelo sistema, de cruzar com alguns projetos sociais que foram estruturantes, em que o foco educacional era a construção política do cidadão. Mas isso só correu após os trinta anos de idade que começo a reconstruir a minha bibliografia, e a pós-graduação que estou concluindo aos 47 anos de idade mudou a minha vida.

Investir na educação tanto formal, quanto autodidata, é uma forma de resistência.

Estudar a história, a cultura, a filosofia e as ciências africanas e afrodescendentes permite às pessoas negras e pardas possam resgatar suas raízes e fortalecer sua identidade. Essa busca por conhecimento ajuda a desconstruir os estereótipos raciais e a reivindicar um lugar de protagonismo na história. Além disso, a emancipação intelectual capacita as pessoas a questionarem as estruturas de poder e a formularem estratégias para transformar a sociedade.

Um dos caminhos para essa emancipação é o acesso à literatura e à produção acadêmica que focam na experiência negra. Escritores como Chimamanda Ngozi Adichie, Angela Davis, e Paulo Freire oferecem perspectivas que desafiam a hegemonia cultural e intelectual ocidental, proporcionando ferramentas para a crítica e a resistência. No Brasil, autores como Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez são fundamentais para entender a luta antirracista e a importância da consciência racial na construção de uma identidade forte e autônoma.

Emancipação Econômica: A emancipação econômica é igualmente crucial na luta contra a opressão. O acesso ao capital, à propriedade e às oportunidades econômicas tem sido historicamente negado à população negra, criando barreiras significativas para a ascensão social. Romper com essas barreiras é essencial para a construção de uma verdadeira igualdade. A emancipação econômica implica não só a inserção no mercado de trabalho, mas também a criação de negócios próprios, a construção de redes de cooperação e apoio mútuo e o fortalecimento das comunidades negras.

O empreendedorismo negro é uma forma poderosa de resistência econômica. Ao criar e gerir seus próprios negócios, as pessoas negras podem desafiar a dependência de um sistema

que as exclui e controlar suas próprias narrativas econômicas. Além disso, o fortalecimento de empresas e iniciativas lideradas por negros contribui para a geração de riqueza dentro da comunidade, promovendo a circulação de recursos que antes eram direcionados para fora.

No entanto, a emancipação econômica também depende do acesso a recursos e oportunidades. Programas de crédito, capacitação e apoio ao empreendedorismo negro são fundamentais para quebrar o ciclo de pobreza e dependência. Organizações que promovem a educação financeira e o empreendedorismo nas comunidades negras desempenham um papel vital na promoção da emancipação econômica. Um excelente exemplo é a Instituição Empregue AFRO, que atua na construção de uma sociedade mais diversa com o foco na população negra.

Cultura como ferramenta de emancipação

Um dos caminhos para a emancipação, tanto intelectual quanto econômica, é a busca pela cultura. Escritores, filmes e romances onde os protagonistas sejam negros e negras desempenham um papel vital na construção da identidade e na valorização das experiências negras. Através da arte e da literatura, as pessoas negras podem encontrar inspiração, reconhecer suas próprias histórias e visualizar possibilidades de futuro que transcendem as limitações impostas pelo racismo.

Meus pais tiveram trabalhos em que seu papel era servir ao outro. A emancipação está na subjetividade, no sonho. Sonhar é um ato de resistência e esperança. É através do sonho que se constrói uma visão de futuro diferente, onde a igualdade é uma realidade. A esperança é o combustível que alimenta a luta pela emancipação e autonomia. Sem esperança, a luta perde sua força; sem sonhos, o futuro se torna uma repetição do passado.

Um dos grandes exemplos é a poetisa, escritora e apresentadora Jô Freitas, nordestina radicada em São Paulo, tem em sua escrita na sua arte um percurso construído na resistência contra aos espaços estereotipados colocados para o corpo negro, em sua poesia *Escrevo Por Vingança* a escritora mostra como a sua palavra é uma ferramenta de emancipação de uma condição imposta ao povo negro, trazendo uma reflexão profunda de como temos que resistir, mesmo as provocações do patrão como citado no poema abaixo:

Escrevo por vingança, por Jô Freitas
Essa poesia é sobre as empregadas domésticas e é um recado a quem é
Patrão/Eu escrevo por vingança/Porque minha avó é empregada doméstica,
minha mãe é empregada/doméstica, minha tia é empregada doméstica, minha
irmã é empregada doméstica/E eu? Eu sou poeta./Mas em meus ouvidos, tem
uma voz de um patrão dizendo assim:/Ei menina/Em tempos de guerra/Que

está fazendo com papel e caneta na mão?/É em vão/Quero só ver quando quiser roupa sapato ou pão/Vai empunha o tal canetão?/Pra que lamentar em cadernos brancos/Tua dor preta?/Pra que poesia se não existe paz em sua vida?/Grita/Mas grita alto pra estremecer essa multidão/De descalços e escravizados/Seus comparsas/É tudo ilusão! Menina/Então, eu respondo pra ele o seguinte:/Agora escuta aqui o que tenho pra te falar/Se eu falo ou escrevo não é você que tem que aprovar/Tô cansada das suas palavras malditas/Eu tô cansada de ter que provar pra você/Eu tô cansada de ter que servir outra vez/Eu tô cansada/Como dizia Plínio marcos, me lasco mais não me dobro/Então eu digo, eu não me rendo, escrevo pra me vingar/Me vingar dos senhores que nos obrigou a trabalhar/Agora não sou eu que vou calar/Meu papel e caneta é arma potente/De criança que quer aprender além do be-a- bá/Se para ti minhas armas são em vão/É porque em berço de ouro tu era o patrão/Deixem minhas armas/Porque sei o que tu quer, é a vassoura em seu banheiro, Não é?/Olhe para mim e bata suas panelas/Mas não terá mais empregada para lavar/E seu chão esfregar/Por causa de você, hoje, sou rebelião e desta cadeia eu abri mão/Luto como um dragão/Contra você, o patrão e a inquisição/Tenho pensamentos libertos/E não mais poderão enjaular/Porque hoje escrevo pra me vingar/Me vingar das roupas lavadas/Da comida cozida, do cafezinho servido/Meu papel e caneta será para escrever outra história a meus descendentes/Porque todas as mulheres de minha família foram serviçais de teus desejos?/Empregadas e diaristas/E se depender de mim não deixarei mais rastro/E essa mão que engraxava teu sapato/Engomava teu paletó/Está bem armada/Com fuzil grafitti 4/Tu me queria empregada/E hoje é dos livros que me armo/Tu me queria submissa/E hoje rezo a missa da morte de teus privilégios/Porque só quero que você entenda uma Coisa (senhor patrão)/Que você nunca esqueça o que vou te dizer (senhor patrão)/Quero que te persiga pro resto de sua vida o que vou dizer (senhor patrão)/Se hoje eu sou poeta/E se hoje eu escrevo/É apenas por VINGANÇA (Freitas, 2017).

O poema nos apresenta de como a escrita, a arte são lugares de emancipação do colonizador, da população branca que detém ainda nos dias de hoje a concentração do poder econômico. Hoje existe uma grande produção de artistas negros que movimentam de forma política e antirracista no cenário cultural, vou citar alguns exemplos entre tantos que existem, mas que podem ser o início de uma pesquisa.

SUGESTÕES:

Conheça personalidades que lutam e são exemplos de resistência e emancipação:

Emicida - Um artista negro inspirador é o Emicida; além de cantor, escritor e compositor, ele luta nas redes sociais e nas mídias em que tem acesso contra o racismo. Sua arte e suas palavras são um exemplo poderoso de como a cultura pode ser um meio de resistência e transformação. Ouça!

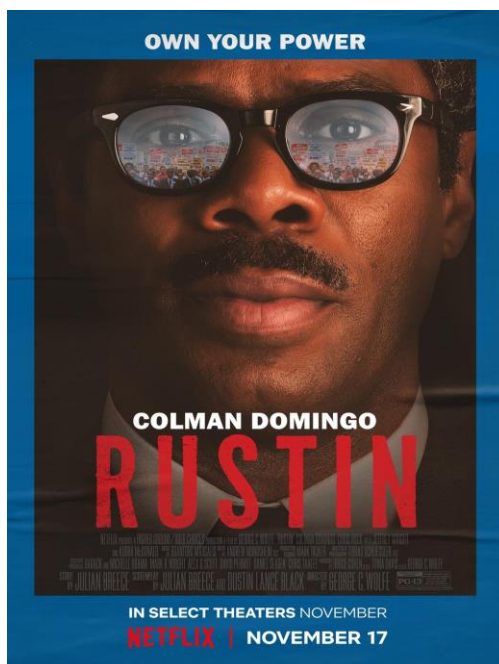
Djamila Ribeiro - A escritora e filósofa Djamila Ribeiro, que tem uma presença significativa na mídia como comentarista e colunista da Folha de S. Paulo, também

desempenha um papel crucial na promoção da emancipação. Suas reflexões e análises desconstróem as narrativas racistas e oferecem novas perspectivas para a sociedade brasileira.

Lázaro Ramos - O ator Lázaro Ramos e tantos outros artistas que inspiram a sociedade apresentam outro papel. Eles mostram que é possível ocupar espaços de destaque e protagonismo, desafiando as expectativas limitantes e criando possibilidades para as futuras gerações.

O filme *Rustin* é uma biografia do carismático, gay e ativista dos direitos civis Bayard Rustin, que superou uma série de obstáculos e alterou o curso da história americana ao organizar a Marcha de 1963 em Washington. Há a escolha de um recorte específico, que é a organização da ambiciosa e gigantesca Marcha sobre Washington por Trabalho e Liberdade, que, em 1963, reuniu 250 mil pessoas ao redor do espelho d'água em frente ao Memorial a Lincoln, em Washington D.C. e ajudou sobremaneira na aprovação da Lei de Direitos Civis americana no ano seguinte que, pelo menos no papel, finalmente equalizaria todos, independente da raça, cor, religião, sexo e nacionalidade e há a abordagem cronológica ao redor desse evento que ganha um preâmbulo que não só “qualifica” Rustin como um ativista negro e gay, como lida com o momento em que a amizade dele com King foi estremecida por jogadas políticas intramuros.

Figura 5 - Cartaz do Filme: Rustin.



Fonte: Imagens colhidas na internet – wikipédia.

2.2 A Busca pela Ancestralidade

A busca pela ancestralidade é um caminho essencial para conhecer a história do seu povo. Para uma pessoa parda, essa busca deve ser profunda e reflexiva. O racismo enfrentado por pessoas pardas pode ser mais sutil do que o enfrentado por pessoas pretas, mas não é menos presente. Às vezes, as experiências vividas por pessoas pardas podem se aproximar das vividas por pessoas pretas, mas não são exatamente as mesmas devido à passabilidade – a capacidade de serem percebidas como brancas ou não-negras em determinados contextos. Essa passabilidade pode oferecer uma proteção ilusória, mas não elimina a discriminação racial que essas pessoas enfrentam.

Aprofundar-se na história dos povos originários e africanos é crucial. É fundamental entender as consequências da diáspora e do processo de tráfico de pessoas escravizadas, bem como os impactos socioeconômicos sofridos por esses povos. A história é complexa e dolorosa, marcada pela resistência e resiliência diante de opressões profundas e sistemáticas.

O conceito de Sankofa, originário da cultura Akan, é profundamente simbólico e relevante nessa busca. Representado por um pássaro que voa para frente, mas olha para trás, Sankofa significa "voltar e pegar". Esse conceito nos ensina que, para avançar, devemos retornar ao passado e recuperar o que foi perdido, seja o conhecimento, a nossa identidade ou sabedoria ancestral. Não se trata de viver no passado, mas de reconhecer sua importância para moldar o presente e o futuro.

A história africana é marcada por séculos de sofrimento devido ao colonialismo, escravidão e exploração. Milhões de africanos foram arrancados de suas terras, submetidos a condições desumanas e forçados a trabalhar em plantações, minas e outras indústrias, gerando riqueza para os colonizadores às custas de suas próprias vidas e culturas. Esse tráfico humano brutal deixou cicatrizes profundas que ainda são visíveis nas desigualdades socioeconômicas e raciais de hoje.

Os povos originários também enfrentaram e ainda enfrentam opressão e genocídio cultural. A chegada dos colonizadores resultou na perda de terras, línguas, tradições e vidas. A imposição de valores e sistemas estrangeiros desestruturou sociedades inteiras, e as consequências desse processo continuam a impactar negativamente essas comunidades. No entanto, assim como os africanos, os povos originários demonstram uma resiliência admirável, lutando para preservar suas culturas e direitos.

Compreender essas histórias de sofrimento e resistência é vital para construir uma sociedade mais justa e equitativa. O conceito de Sankofa nos lembra da importância de honrar e aprender com o passado para que possamos avançar de forma consciente e informada. Ao mergulhar na história dos nossos antepassados, reconhecemos a força e a sabedoria que nos sustentam e somos inspirados a continuar a luta pela justiça e igualdade. O escritor Laurentino Gomes, nos apresenta em seu livro “Escravidão-Volume 1” esse período tão dolorido para a história.

A história da escravidão africana no Brasil é repleta de dor e sofrimento. Centenas de livros já foram escritos sobre o tema, mas, provavelmente, nenhum deles conseguirá jamais expressar as aflições de um único cativo dos milhões capturados na África, embarcados à força em um navio, arrematados como mercadoria qualquer num leilão do outro lado do oceano, numa terra que lhe era completamente estranha e hostil, onde trabalhariam pelo resto de suas vidas sob o chicote e tacão de seu senhor. Um detalhe porém, talvez ajude os leitores de hoje a ter uma ideia, ainda que remota, do tamanho dessa tragédia: diz a respeito ao comportamento dos tubarões que seguiam as rotas dos navios negreiros.

Durante mais de três séculos e meio, o Atlântico foi um grande cemitério de escravos. Era no mar, durante a travessia, que as cifras de mortalidade ficavam mais evidentes: como os escravos representavam um “investimento”, uma mercadoria valiosa do ponto de vista dos traficantes, cada óbito tinha de ser registrado nos chamados Livros dos mortos pelos capitães dos navios, ao lado de diversos de outros itens que apareciam nas colunas de crédito e débito dos relatórios de contabilidade. Por isso, os números de mortos durante esse tipo de viagem são mais precisos do que os das demais travessias náuticas da época, geralmente baseados em estimativas. Isso permite fazer hoje um cálculo assustador. Se, entre o início e o final do final do tráfico negreiro, pelo menos 1,8 milhão de cativos morreram durante a travessia, isso significa que, sistematicamente, ao longo de 350 anos, em média, catorze cadáveres foram atirados ao mar todos os dias. Por essa razão, os navios que faziam a rota África-Brasil eram chamados de “túmbeiros”, ou seja, tumbas flutuantes (Gomes, 2019, p.47).

Logo, entender o percurso doloroso dos **nos** ancestrais, deve ser transformado em potência de luta e resistência, refletir as maneiras, táticas de sobrevivência e preservação da nossa cultura, é nossa herança ancestral. Ao viver um processo de letramento racial, cria-se uma visão de mundo totalmente diferente do colonizador, do opressor, temos que construir espaços diferentes da cultura eurocentrada. As narrativas até hoje são lugares de disputa.

SUGESTÃO:

O filme *A mulher rei – uma guerreira uma lenda*, é um bom exemplo de como resistência da população negra, em sua sinopse, o filme acompanha Nanisca (Viola Davis) que foi uma comandante do exército do Reino de Daomé, um dos locais mais poderosos da África nos séculos XVII e XIX. Durante o período, o grupo militar era composto apenas por

mulheres que, juntas, combateram os colonizadores franceses, tribos rivais e todos aqueles que tentaram escravizar seu povo e destruir suas terras. Conhecidas como Agojie, o grupo foi criado por conta de sua população masculina enfrentar altas baixas na violência e guerra cada vez mais frequentes com os estados vizinhos da África Ocidental, o que levou Dahomey a ser forçado a dar anualmente escravos do sexo masculino, particularmente ao Império Oyo, que usou isso para troca de mercadorias como parte do crescente fenômeno do comércio de escravos na África Ocidental durante a Era dos Descobrimentos, o que fez com que mulheres fossem alistadas para o combate.

Figura 6 – Cartaz do filme: A mulher rei – uma guerreira uma lenda.



Fonte: Imagens colhidas na internet – Wikipédia.

2.3. Letramento racial como necessidade urgente

O Brasil é um país mestiço e miscigenado, resultado de um processo violento de colonização que impactou profundamente a construção social e cultural do país. Introduzir o letramento racial nas escolas é um passo essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e consciente. Esse letramento envolve a compreensão crítica das relações raciais no

Brasil, promovendo a valorização das diversas identidades raciais e a desconstrução de preconceitos enraizados.

O letramento racial deve incluir a história da escravidão, a contribuição dos africanos e dos povos indígenas para a formação do país, e o papel do colonizador na criação de um sistema social em que a cor da pele é um fator de valor. A Lei 10.639/2003 e a lei 11.645⁸, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio. Esta lei representa um marco na luta contra o racismo estrutural, ao garantir que as novas gerações tenham acesso a uma educação que reconheça e valorize a importância da África na construção da identidade brasileira.

Como sugere bell hooks em "Ensinando a Transgredir", **a educação deve ser um ato de liberdade**, e **parte** dessa liberdade é reconhecer e valorizar todas as identidades raciais. O letramento racial, nesse sentido, não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também uma ferramenta poderosa para promover a equidade e a inclusão nas escolas e na sociedade como um todo. Ao educar as crianças e os jovens sobre a diversidade racial e cultural, estamos plantando as sementes de um futuro em que o respeito e a compreensão mútua prevaleçam. O escritor e pesquisador Muniz Sodré 2015 nos apresenta como a mestiçagem **e** complexa e utilizada para descrever pessoas pardas/negras no Brasil.

Também a noção de “mestiçagem” (a palavra vem do latim *mixtus*, derivada de *mixtus*, misturado), aplicado a seres humanos, só tem sentido numa enunciação racialista: mestiço é o cruzamento de raças. Ora, toda espécie humana, que é fundamentalmente nômade e aberta ao conhecimento, resulta em misturas. Miscigena-se é fenômeno de praxe na gênese dos povos, há sempre povos intermediários entre outro com aparências muito distintas. A espécie humana é a resultante de uma vasta pluralidade fenotípica.

Por que então falar-se de mestiço com uma espécie diferenciada? Certamente, para fins de uma hierarquização “racial” entre um paradigma hegemônico e as variações fenotípicas da humanidade. Para tal paradigma há apenas os brancos e os outros. Os primeiros são semiotizados por uma vaga noção de “pureza” e não como raça (a não ser os discursos extremistas): raça é sempre o outro. É comum ler-se na imprensa uma frase do tipo “a bela atriz fulana de tal”. Se for negra, muito provavelmente aparecerá a qualificação racial: “A bela atriz negra fulana de tal”.

Por isso, não se aplica a designação “mestiço” a filhos de, por exemplo, franceses com italianos, mas seguramente a filhos de africanos com francesas. Essa palavra nomeia em geral um indivíduo “de segunda classe” e

⁸ Lei 10.639 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena. Lei 11.645 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, a exigência de que percentual mínimo dos recursos didáticos utilizados para cumpri-la sejam de autoria afro-brasileira e/ou indígena.

pode ser conotada diferentemente, segundo a diversidade das estratégias identitárias. Um mestizo mexicano não é o mesmo que um mestiço brasileiro, pois designa um membro da classe dominante no México, fenotipicamente diverso do branco europeu, mas ideologicamente “branco”.

Na América Latina, o termo “mestiço” é às vezes substituído por “moreno” (do latim *maurus*, mouro) para identificar indivíduos de grupos étnicos socialmente ascendentes (Sodré, 2015, p. 224).

Os povos que foram obrigados a viver os processos de escravização não tinham escolhas sobre seus corpos.

O letramento racial é um termo muito frequente, está vinculado ao entendimento das pautas raciais sua conscientização, contextos atuais e históricos. Esse conceito surge para colaborar do entendimento de pessoas negras e não negras a importância dos contextos históricos, econômicos, gênero em meio ao empoderamento da população negra.

SUGESTÃO:

O programa *Roda Viva 2020*⁹ da tv cultura, traz para sua roda de entrevista Dijamila Ribeiro. Natural de Santos, litoral de São Paulo, é mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo e autora dos livros best-sellers "Lugar de Fala", "Quem Tem Medo do Feminismo Negro?" e "Pequeno Manual Antirracista". É coordenadora do Selo Sueli Carneiro e da Coleção Feminismos Plurais, dedicados à publicação de livros de autoras e autores negros, e colunista do jornal Folha de S. Paulo. Em 2019, Djamilia foi considerada pela BBC uma das 100 mulheres mais influentes do mundo. A escritora ganhou, no mesmo ano, o prêmio Prince Claus Awards, concedido pelo governo holandês, por produção cultural no Brasil. Este programa é um exemplo de letramento racial.

2.4 Espiritualidade, Religiões de Matriz Africana

O processo de colonização foi marcado não apenas pela exploração econômica e política, mas também pelo apagamento cultural e espiritual dos povos dominados. No Brasil, as religiões de matriz africana e as tradições dos povos originários foram sistematicamente perseguidas e marginalizadas. Essas práticas espirituais não apenas foram reprimidas, mas

⁹ Disponível em: https://cultura.uol.com.br/programas/rodaviva/videos/5_roda-viva-djamila-ribeiro-09-11-2020.html

também distorcidas na narrativa dominante, sendo frequentemente associadas ao "pecado" e ao "mal".

Ao longo dos séculos, a demonização das religiões afro-brasileiras alimentou um ciclo de discriminação e violência. Terreiros são frequentemente alvo de invasões e ataques, segundo o site do uol notícias¹⁰, somente no primeiro semestre deste ano, o número de violações à liberdade religiosa no Brasil chegou a 1.940 registros no Disque 100, canal de denúncias do Ministério dos Direitos Humanos. Esse dado representa 91% do total de violações desse tipo em 2023. Essas 1.940 violações estão distribuídas em 1.227 denúncias, segundo levantamento feito pelo UOL no painel do Disque 100. No ano passado, o canal registrou 2.128 violações, em 1.482 denúncias, refletindo uma falta de respeito pela diversidade religiosa e cultural do país. Reconhecer e valorizar essas tradições é essencial não apenas para preservar a identidade cultural das comunidades afrodescendentes e indígenas, mas também para promover a inclusão e o respeito mútuo na sociedade brasileira contemporânea.

As religiões que chegaram ao Brasil sofreram suas próprias transformações devido à diversidade de povos que foram trazidos na diáspora e que chegaram na condição de escravizados. Essas práticas, que foram e são perseguidas até os dias de hoje, trazem consigo a história do povo negro no Brasil. O candomblé, a umbanda e as religiões dos povos originários expressam a identidade de um povo perseguido, torturado e escravizado. E que foram jogados à margem da sociedade, sem políticas públicas para seu desenvolvimento econômico e social. Enquanto isso, a população branca se tornou a detentora dos meios de produção e ainda possui a concentração de riquezas.

Essa escrita não surge como um espaço para converter pessoas a trocarem de religião. Nessa pesquisa trazemos à tona a questão da intolerância religiosa no Brasil, dentro da estratégia de apagamento histórico da população negra que perdura até os dias de hoje, colaborando para nosso distanciamento das nossas identidades. As religiões de matriz africana é uma das maiores guardiãs da cultura de matriz africana e afro-brasileira, como a dança, os tambores, as comidas, a mitologia, a indumentária, as linguagens, e etc...; que refletem a cultura de um povo proibido de cultuar sua religião.

¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C-VfU-aPBUO/?igsh=Ymw2eWttcj2OWZy>.

Uma pessoa parda (negra de pele clara) ou de povos originários, por ter uma certa passabilidade, é mais facilmente cooptada para um não lugar, esse espaço de não pertencimento para a população negra. Trazer as religiões de matriz africana é apontar os caminhos de volta para casa. Ao citar "casa", refiro-me à mãe África afetiva e que podemos imaginar e aos povos originários. Estamos falando de uma população sem identidade, uma massa de manobra nas mãos dos dominantes. Quando me refiro aos dominantes, falo da população branca e detentora do capital. O apagamento da conexão da população negra com sua cultura foi uma das estratégias mais eficientes para a dominação; ao distanciar uma população de sua cultura, as pessoas não têm por que lutar, resistir ou ter esperança.

Os templos de religiões de matriz africana sofrem perseguições até os dias de hoje. Foram construídas narrativas demonizando qualquer atividade conectada ao continente africano ou aos povos originários. A importância de empoderar e encontrar outros caminhos para além de uma vida pautada pela cultura cristã que acompanha a vida dos brasileiros desde o seu nascimento.

Quando me tornei homem, outros brancos resolveram me dar um nome mais uma vez. Dessa vez, era o pessoal da Funai. Começaram a me chamar de Davi “Xiriana”. Mas esse novo nome não me agradou. “Xiriana” é como são chamados os Yanomami que vivem no rio Uraricaá, muito distante de onde eu nasci. Eu não sou um “Xiriana”. Minha língua é diferente da dos que vivem naquele rio. Apesar disso, tive de mantê-lo. Tive inclusive de aprender a desenhá-lo quando fui trabalhar para os brancos, porque já tinham desenhado numa pele de papel.

Meu último nome, Kopenawa, veio de mim mais tarde, quando me tornei mesmo um homem. Esse é um verdadeiro nome yanomami. Não é nem nome de criança nem um apelido que os outros me deram. É um nome que ganhei por conta própria. Na época, os garimpeiros tinham começado a invadir nossa floresta. Tinham acabado de matar quatro grandes homens yanomami, lá onde começam as terras altas, a montante do rio Hero u. A Funai me enviou para lá para encontrar seus corpos na mata, no meio de todos aqueles garimpeiros, que bem teriam gostado de me matar também. Não havia ninguém para me ajudar. Tive medo, mas minha raiva foi mais forte. Foi a partir de então que passei a ter esse nome novo.

Só os espíritos xapari estavam ao meu lado naquele momento. Foram eles que quiseram me nomear. Deram-me esse nome, Kopenawa, em razão da fúria que havia em mim para enfrentar os brancos. O pai da minha esposa, o grande homem da nossa casa de Watoriki, ao pé da montanha do vento, tinha me feito o pó que os xamãs tiram da árvore yãkoana hi. Sob o efeito do seu poder vi descer em mim os espíritos das vespas Kopena. Disseram-me: “Estamos com você e iremos protegê-lo. Por isso você passará a ter esse nome: Kopenawa!”. Esse nome vem dos espíritos vespa que beberam o sangue derramado por Arowë, um grande guerreiro do primeiro tempo (Kopenawa, 2015, p. 71).

Os autores do Livro *A queda do Céu*, apresentam como as religiões e a espiritualidades estão conectadas a cultura de cada indivíduo, quando somos retirados do nosso território, leva-se um tempo para achar o caminho de volta, como aponta citação acima.

A importância da tolerância religiosa não pode ser subestimada. A tolerância religiosa é a base para uma sociedade pluralista e democrática, onde diferentes crenças e práticas espirituais coexistem pacificamente. Promover a tolerância religiosa é crucial para combater a discriminação e a violência dirigidas contra as religiões de matriz africana e outras tradições marginalizadas. Isso implica educar a população sobre a riqueza e a diversidade das tradições religiosas existentes no Brasil, promovendo o respeito e a compreensão mútua.

Além disso, o empoderamento de pessoas negras e pardas nas religiões de matriz africana é fundamental para a revitalização e preservação dessas práticas. As religiões de matriz africana podem ser espaços onde as pessoas se reconectam com suas raízes culturais e espirituais, encontrando força e resiliência. Empoderar as pessoas negras e pardas dentro dessas tradições significa reconhecer e valorizar suas lideranças espirituais, seus conhecimentos e suas contribuições para a sociedade.

Líderes religiosos, como pais e mães de santo, desempenham um papel vital na comunidade, não apenas como guias espirituais, mas também como guardiões da cultura e da história. Eles são fontes de sabedoria e inspiração, promovendo a autoestima e o orgulho racial entre seus seguidores. Fortalecer essas lideranças e apoiar os templos de religiões de matriz africana é essencial para resistir às tentativas de apagamento cultural e espiritual.

Portanto, a luta contra a intolerância religiosa e o empoderamento de pessoas negras e pardas nas religiões de matriz africana são passos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É uma luta pelo direito de existir plenamente, com dignidade e respeito, celebrando a riqueza das tradições culturais e espirituais que compõem a identidade do povo brasileiro. É através da valorização da diversidade e do fortalecimento das comunidades que podemos construir um futuro em que todos tenham espaço para expressar suas crenças e viver com equidade.

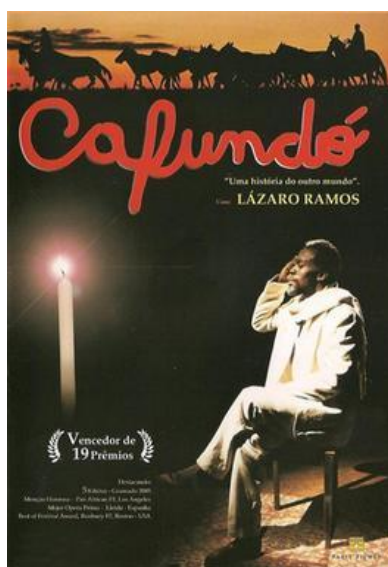
SUGESTÃO:

*Cafundó*¹¹ é um filme brasileiro de 2005 que retrata a vida de João de Camargo de Mello, um ex-escravo que se tornou uma figura religiosa influente no Brasil no final do século

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=v-jwlfkZsqU>

XIX e início do século XX. O filme é ambientado na região de Sorocaba, São Paulo, conhecida como Cafundó, da qual o filme tira seu nome. Sua história retrata a jornada espiritual de João de Camargo e sua luta para reconciliar suas crenças africanas com o catolicismo predominante da época. Ao longo do filme, vemos como o Candomblé desempenha um papel crucial em sua vida, fornecendo-lhe conforto e orientação em tempos de adversidade.

Figura 7 - Cartaz do Filme: Cafundó.



Fonte: Imagens colhidas na internet – Wikipédia.

2.5. O Corpo como um lugar a ser cuidado - amor-próprio

O corpo negro e indígena historicamente foi um campo de batalha contra a opressão e um símbolo de resistência. Os corpos negros foram erotizados, demonizados, usados como objeto. Essa relação que a branquitude desenvolveu com o corpo negro, mexeu na autoestima e no amor-próprio, criar caminhos para se reencontrar com esse amor-próprio é fundamental. A escritora bell hooks em seu livro “Tudo sobre o amor- novas perspectivas” apresenta possibilidades e reflexões sobre a construção desse lugar de afeto.

O amor-próprio não pode florescer em isolamento. Não é uma tarefa fácil amar a si mesmo. Axiomas simples que fazem o amor-próprio soar fácil só

tornam as coisas piores. Eles levam as pessoas muitas pessoas a se perguntarem por que continuam presas a sentimentos de autoestima e auto-ódio se é tão fácil se amar. Usar uma definição pratica do amor como ações que tomamos em favor de nosso crescimento espiritual ou o de outrem nos fornecem um diagrama para trabalhar a questão do amor-próprio. Quando vimos o amor como uma combinação de confiança, compromisso, cuidado, respeito, conhecimento e responsabilidade, podemos trabalhar para desenvolver essas qualidades ou, se elas já forem parte de quem somos, podemos aprender a estendê-las a nós mesmos (hooks, 2021, p. 94).

Amar-se é fundamental, se olhar no espelho e ver a beleza que é ser negro e negra. Cuidar do corpo também pode ser um resgate a ancestralidade. Movimentos como a capoeira não são apenas formas de expressão cultural, mas também são manifestações de resistência à marginalização e à desumanização. Através da prática da capoeira, o corpo se torna um espaço de reconexão com a ancestralidade, onde a ginga e o movimento refletem uma história de luta pela liberdade e dignidade.

Além disso, o cuidado com o corpo vai além do físico; é também um ato de preservação da memória e da identidade cultural. Em um país onde a estética eurocêntrica é frequentemente valorizada, reconectar-se com as práticas corporais tradicionais é uma forma poderosa de resistir à padronização cultural imposta pelo colonialismo.

O negro ao ser escravizado, foi coisificado e transformado em peça acessória de um processo de transformação material. A denominação utilizada, portanto, era esta mesma: peça. Como tal, era como uma ferramenta descartável, resultante das relações nas quais sua condição de humanidade desaparecia.

Mas, possivelmente em virtude dos hábitos corporais comunitários, a resistência foi intensa por parte dos africanos na Diáspora, no sentido de que se evitasse a absoluta ruptura do corpo comunitário pela inserção do corpo produtivo. Enclausurados nas estruturas das castas de escravizados que a ordenação social da colônia havia definido, a comunicação entre os negros passou a realizar-se pela via não verbal. A linguagem gestual renovada, condensadora de situações, emergiu como um instrumento capaz de proporcionar o grito possível de liberdade, que, inicialmente, ocorreu no plano individual, estruturando-se depois no âmbito coletivo, já que, ao fugirem das senzalas, os escravizados não encontravam condições de sobrevivência sozinhos. Assim sendo, existiam regras nos quilombos, dando preferência às chegadas em grupo.

Esse grito sem som, hálito apenas, sopro preferido em energia estimulada, significava, cordificadamente, a permanência das imagens de situações do cotidiano, perdidas no tempo histórico. Isto implicava no uso adestrado do corpo a partir desenvolvimento de determinadas partes, por meio dos hábitos gestuais culturalmente processados.

É aí, então, que a Capoeira surge como um desses discursos não verbais, caracterizados pelas especificidades desenvolvidas pelos negros para assegurar a sua sobrevivência, tanto na guerra como na paz. Sua elaboração deu-se como resultado da resistência articulada no sentido de apontar uma “saída dentro do próprio sistema de coação” (Tavares, 2012, p. 85).

A luta do povo negro passa pelo corpo, não podemos esquecer isso. Quando a população negra cuida do seu corpo e do seu amor-próprio, isso é uma forma de resistir.

SUGESTÃO:

O filme *Besouro*, apresenta em sua sinopse, a história de um capoeirista que se torna o grande herói dentro de um filme de ação, onde a escravidão foi abolida. Mas o preconceito fez com que os negros fossem tratados como escravos para ganhar um pouco de dinheiro para sobreviver. A palavra capoeirista assombrava homens e mulheres, mas o velho escravo Tio Alípio nutria grande admiração pelo filho de João Grosso e Maria Haifa. Era o menino Manoel Henrique que, desde cedo aprendeu, com o Mestre Alípio, os segredos da Capoeira na Rua do Trapiche de Baixo, em Santo Amaro da Purificação, sendo batizado com Besouro Mangangá por causa da sua flexibilidade e facilidade de desaparecer quando a hora era para tal. Mestre Alípio foi jurado de morte por ensinar capoeira. Mas Besouro tinha a responsabilidade de protegê-lo.

Figura 8 - Cartaz do filme: Besouro.



Fonte: Imagens colhidas na internet – Wikipédia.

2.6. Contextos Socioeconômicos e Consciência de Classe

A estrutura socioeconômica do Brasil é profundamente desigual e foi moldada pela história de exploração e exclusão das populações negras e indígenas. A criação de favelas e vilas de COHAB após a “abolição” da escravatura reflete um processo de segregação espacial que perpetua a marginalização dessas comunidades. Cresci em cortiços e depois em uma vila de COHAB, e os impactos desse território me atingem até os dias de hoje. Esses territórios são abandonados pelas políticas públicas. A falta de acesso à terra e a oportunidades econômicas seguras tem sido uma constante na história desses grupos, contribuindo para a reprodução de ciclos de pobreza e exclusão social. A população negra foi totalmente excluída de ter qualquer poder econômico ou social, enquanto a população branca tem espaços seguros e casas amplas, acesso a escolas e tudo que a vida pode oferecer de bom para seu desenvolvimento econômico e social.

A condição negra é imanente quando ela se apresenta na compleição física, no sentido de que ela está presente na construção identitária do sujeito, quer queira, quer não queira. Essa condição é imposta, da infância à idade adulta, para quem cresce e se sociabiliza sendo identificado pela sociedade como negro, ou pelas in felizes e insultantes nomações de “mulato” ou “morena escura”. Forçar o balizamento de corpos negros brasileiros a um corpo dificilmente visto até na Suécia, composto de compleições, de uma tez ou de um modo de se expressar e de se portar que não tem absolutamente nenhuma relação com o que vemos nas ruas, becos, bares e esquinas, indica o quanto o arquétipo branco ideal é profundamente neurótico e inalcançável no Brasil. E isso é um projeto, ou seja, trata-se de uma estratégia para manter os negros e negras eternamente convencidos de que não são bons ou belos o bastante para ocupar os espaços que poderiam se não fosse a organização artificialmente posta na sociedade. Um arquétipo nacional legítimo dever ser aquele facilmente encontrável em COHABs, periferias, favelas, bairros, comunidades e escolas públicas, e deve corresponder à realidade de boa parte dos brasileiros (Devulsky, 2021, p.166).

A economia brasileira foi historicamente baseada na exploração da mão-de-obra escrava. Durante mais de três séculos, o trabalho de africanos escravizados foi a base da riqueza do país, especialmente nas plantações de açúcar, café e nas minas de ouro. Após a “abolição” da escravatura em 1888, o Estado brasileiro não ofereceu nenhum tipo de reparação ou suporte aos recém-libertos, o que os deixou em uma situação de extrema vulnerabilidade. Sem acesso à terra, educação ou qualquer forma de inclusão social, a população negra foi empurrada para as periferias urbanas, onde formaram favelas e ocupações

precárias. A escritora Lélia Gonzales em seu livro *Lugar de Negro* apresenta um contexto socioeconômico da população negra que viveu processos de escravização.

Desde da época colonial até os dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc. até a polícia formalmente construída. Desde a casa-grande e do sobrado, até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente. Da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujo modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. No caso do grupo dominado, o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias (Gonzalez, 2022, p. 21).

Simultaneamente, políticas de imigração incentivaram a vinda de europeus, que receberam terras e apoio do governo, em uma tentativa de "embranquecer" a população brasileira. Essa política de embranquecimento não só perpetuou a marginalização da população negra como também ignorou completamente os direitos dos povos indígenas, cujas terras continuaram sendo usurpadas e cujas culturas foram sistematicamente desvalorizadas e atacadas.

A resistência indígena também é marcada por uma história de luta e resistência contra a colonização e a invasão de seus territórios. A chegada dos colonizadores europeus no século XVI trouxe devastação para as populações indígenas, através de doenças, guerras e a exploração de suas terras. Mesmo após a independência do Brasil, em 1822, a marginalização dos povos indígenas continuou, com políticas de assimilação forçada e a contínua perda de terras para o agronegócio, mineração e outros interesses econômicos.

No século XX, as vilas de COHAB (Companhia de Habitação Popular) surgiram como uma tentativa do governo de oferecer habitação para as classes mais baixas, mas essas iniciativas frequentemente resultaram em comunidades segregadas, com pouca infraestrutura e acesso limitado a serviços básicos.

O letramento racial, especialmente nas camadas menos favorecidas economicamente, é crucial para compreender essas dinâmicas estruturais e buscar formas de transformação social. Reconhecer como o sistema econômico brasileiro historicamente marginalizou e

explorou as populações negras e indígenas é o primeiro passo para promover políticas públicas mais justas e inclusivas.

A luta por direitos civis e a inclusão social das populações negras e indígenas no Brasil ganhou força a partir da segunda metade do século XX, com movimentos sociais e ativistas trabalhando incansavelmente para denunciar o racismo estrutural e buscar justiça. As políticas de ações afirmativas¹², trago aqui o conceito estruturado pelo governo federal para essas políticas, como as cotas raciais em universidades e no serviço público, são conquistas importantes, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

Para que haja uma verdadeira transformação social, é necessário um compromisso contínuo com a justiça racial e a inclusão. Isso inclui não apenas reconhecer e reparar os danos históricos causados às populações negras e indígenas, mas também garantir que essas comunidades tenham voz e participação ativa na construção de políticas públicas que afetam suas vidas.

Percebo que, a reparação histórica é o reconhecimento de se olhar no espelho e se ver como uma pessoa negra, resultado de uma busca pela própria identidade e pelo lugar a que pertencemos. Ter uma pele clara nunca irá te tornar uma pessoa branca. O sistema cria caminhos para que essa identificação com a sua ancestralidade não aconteça. Pertencer e resistir quando se trata de povos originários e da população negra é um ato político e social de grande importância para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa.

SUGESTÃO:

*Quanto Vale ou É por Quilo?*¹³ é um filme brasileiro de 2005, do gênero drama, dirigido por Sérgio Bianchi. O filme faz uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, que formam uma solidariedade de fachada. O filme critica ONGs e suas captações de recursos junto ao governo e empresas privadas. O filme foi baseado no conto "Pai contra mãe" de Machado de Assis. As referências ao conto são feitas ao longo do filme. O longa apresenta em sua sinopse: No século XVIII, um capitão do mato captura uma escrava fugitiva, que está grávida e, após entregá-la ao seu dono, a escrava aborta o filho que espera. Nos dias atuais, uma ONG implanta o projeto Informática na Periferia em uma comunidade carente. Arminda, que trabalha no projeto, descobre que os

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/acoes-afirmativas>.

¹³ Filme: <https://www.youtube.com/watch?v=40eu1hy-WwA>

computadores comprados foram superfaturados e, por causa disto, precisa agora ser eliminada e Candinho, um jovem desempregado cuja esposa está grávida, torna-se matador de aluguel e um dos mais competentes, para conseguir dinheiro para sobreviver.

Figura 9 - Cartaz do filme: Quanto Vale ou é por quilo.



Fonte: Imagens Colhidas na internet – Wikipédia.

2.7. Racismo Estrutural e Letramento Racial

O racismo estrutural no Brasil é multifacetado e afeta diferentes grupos de maneiras distintas. Esse conceito refere-se às formas pelas quais sistemas e instituições perpetuam discriminação racial através de normas, políticas e práticas que, intencionalmente ou não, resultam em desigualdade racial. É uma forma de racismo que está enraizada na sociedade e opera de maneira sistemática, afetando a vida cotidiana das pessoas de várias maneiras. A escritora Cida Bento 2022, traduz como as instituições são racistas e tem em suas estruturas um recorte racial.

Em 1992 comecei a escrever sobre racismo institucional, com a ressalva de que desde os anos 1960 líderes do movimento negro norte-americano discutiam a diferença entre a discriminação individual - por exemplo, atos de vandalismos provocados por brancos terroristas - e a discriminação institucional - como aquela evidenciada por altas taxas de mortalidade entre crianças negras, decorrentes de alimentação ou habitação inadequadas. Outras características da discriminação institucional são o seu caráter rotineiro e contínuo e o fato de variar entre aberta e encoberta; visível ou escamoteada da visão pública. Entender esse processo e a maneira como as desigualdades de raça e gênero são engendradas no interior das instituições públicas e privadas sempre me interessou, então, como comentei na introdução deste livro, busquei em minhas pesquisas de mestrado e doutorado ouvir vozes brancas e negras no ambiente de trabalho (Bento, 2022, p. 69).

Para pessoas pardas e de pele mais clara, o racismo pode se manifestar de maneira mais sutil, muitas vezes mascarado por privilégios relativos à passabilidade racial. Isso significa que essas pessoas podem, em algumas situações, ser percebidas de forma mais favorável do que pessoas de pele mais escura, o que pode criar uma falsa sensação de igualdade. No entanto, essa "passabilidade" não elimina a discriminação, apenas a torna menos visível.

Entender o racismo estrutural é crucial porque permite que reconheçamos que o racismo não é apenas um problema de atitudes individuais ou incidentes isolados, mas um fenômeno sistêmico que está embutido nas estruturas sociais, econômicas e políticas. Esse entendimento é fundamental para que possamos abordar e combater o racismo de maneira eficaz, promovendo mudanças que vão além de meras reformas superficiais.

O processo de letramento racial, que envolve a educação e a conscientização sobre questões raciais, é essencial para identificar essas nuances e compreender como o racismo opera de maneira sistemática na sociedade brasileira. Através do letramento racial, as pessoas podem aprender a reconhecer os sinais sutis e explícitos de racismo, entender suas próprias experiências e as de outros, e desenvolver estratégias para resistir e desafiar essas formas de opressão. A escritora Suety Líbia Alves Borges 2020, no seu livro *Letramento, gênero e raça – na (re)construção de identidades de mulheres negras 2020* nos apresenta em seu livro a importância do letramento racial nos aspectos de alfabetização, em uma perspectiva, como também o letramento como um lugar de empoderamento e construção das subjetividades da mulher negra O letramento racial permite uma análise crítica dessas narrativas, empoderando as pessoas negras a reconhecerem e denunciarem o racismo, em vez de internalizarem a culpa injustamente atribuída a elas.

Além disso, entender o racismo estrutural e promover o letramento racial é vital para construir uma sociedade mais justa e equitativa. Isso inclui a implementação de políticas que combatam a desigualdade racial, a promoção da diversidade e inclusão em todos os setores, e o apoio a movimentos e iniciativas que visam dismantelar as estruturas racistas. Somente através de um esforço coletivo e consciente podemos criar um futuro em que todas as pessoas, independentemente de sua raça, tenham oportunidades iguais para prosperar.

SUGESTÃO:

*O Programa Roda viva com Cida Bento*¹⁴. Eleita pela revista The Economist como uma das 50 personalidades mais influentes do mundo no campo da diversidade, Maria Aparecida da Silva Bento é uma das vozes mais respeitadas no combate ao racismo e ao preconceito no Brasil.

Doutora em Psicologia, foi professora visitante na Universidade do Texas. Conselheira e uma das fundadoras do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades-Ceert, ela alerta em seus textos que não pode existir meritocracia num país racista como o Brasil.

2.8. Se Você não se racializar, alguém vai fazer isso por você

O processo de letramento racial não é fácil. Construir a sua identidade e autoidentificação, mapear a sua origem, é algo que leva muito tempo. Uma vez, conversando com a professora doutora Deise Brito, uma pesquisadora da arte, da dança e dos comportamentos da população negra, artista e bailarina, ela me disse a seguinte frase: “Se você não se racializar, alguém vai fazer isso por você”. Essa frase surgiu em meio a conversas sobre o lugar de ser uma pessoa negra de pele clara, das confusões que surgem na cabeça de quem muitas vezes se sente pertencente a lugar nenhum, o não-lugar.

Às vezes, por não ter letramento racial, uma pessoa negra não percebe as sutilezas do racismo imposto no seu dia a dia. Diferente de uma pessoa preta, que carrega a pele preta visível para todos logo na porta de entrada, as dificuldades e desafios já estão estabelecidos. Uma pessoa preta não tem a passabilidade de uma pessoa negra de pele clara; isso está estabelecido em uma sociedade racista como o Brasil. Mas a frase da professora Deise Brito

¹⁴ https://cultura.uol.com.br/programas/rodaviva/videos/11252_roda-viva-cida-bento-02-05-2022.html

permaneceu comigo. Fui mapeando minha memória dos lugares em que fui racializado sem perceber.

Está escrita, antes da conclusão, não é para fazer uma limpeza mental ou despejar aqui as dores sofridas pelo racismo, mas é importante apresentar os fatos: pessoas de pele clara sofrem racismo, e muitas vezes fica difícil de decifrar por não se considerarem pessoas negras.

Primeiro, quando treinava atletismo na minha adolescência, em uma escola pública, devido à vida empobrecida, eu corria e competia descalço. Isso queimava os pés e dava muitos calos. Quando meu irmão mais velho entrou para o corpo de bombeiros, minha mãe lhe pediu para comprar uma sapatilha de corrida, um item que não era barato. Meu irmão, usando o seu salário, atendeu ao pedido da minha mãe e comprou. Fui participar de uma competição na cidade do Recife, bairro de Boa Viagem. Alguns jovens, que iam competir defendendo outras equipes, de uma escola particular, se aproximaram. No começo, elogiaram a sapatilha; depois, propuseram uma troca com a deles. Eu, sem entender, achei tudo aquilo um pouco estranho, até que um deles perguntou: “Como você conseguiu essa sapatilha?”. Quando expliquei, um deles falou “irmão”, fazendo um gesto como se eu a tivesse roubado. Alguns amigos meus, brancos, tinham sapatilhas da mesma equipe; não vi eles sendo questionados sobre terem roubado algum objeto. Naquele momento, fui racializado; a sociedade nunca acredita que uma pessoa negra possa ter algum item caro. Histórias pessoais de discriminação, como a minha experiência durante a competição de atletismo, destacam como o racismo pode estar enraizado em percepções distorcidas e estereotipadas sobre pessoas negras e suas capacidades. Essas narrativas ilustram como o racismo estrutural afeta oportunidades, tratamento e percepção de indivíduos com base em sua raça.

Segundo, já com quase quarenta anos de idade, me candidatei a um cargo de diretor artístico em uma instituição em que atuava em outra função, onde houve uma reunião com os artistas da instituição para apresentar as propostas do mandato. Só havia um artista negro; todos os outros eram brancos, em sua maioria de classe média a classe média alta. Tenho uma formação brasileira, muito pautada na experiência e na prática; minha formação formal começou depois dos trinta anos, como citei no capítulo anterior - filho do FIES. Em meio às propostas entre eu e o outro candidato, surgiram frases como: “Não vejo você como diretor, vejo você como um coordenador”, “O outro estudou na França, fala outras línguas”, “A carta tem alguns erros de português”, “Um diretor tem que falar outras línguas”. Estas frases foram verbalizadas em roda, nesse lugar de apresentação das propostas. Fico sempre pensando: se

fosse uma pessoa branca, da mesma classe social, haveria esse tipo de comentário? Fui racializado novamente.

A terceira foi neste ano, por um diretor da instituição onde atuo. Estava retornando para a atividade que exercia dentro da instituição onde tinha sido remanejado devido à eleição de diretoria, como estava a serviço da instituição, os diretores decidiram que eu deveria voltar para a mesma função que exercia. Um dos diretores, que é um homem branco, disse: “Você só está voltando porque se autodeclara negro”, como se eu não tivesse o direito de voltar para o mesmo lugar de onde saí para atuar em outra função dentro da instituição. Me pergunto novamente: se fosse uma pessoa branca, ele teria a coragem de verbalizar essa frase na frente de outras pessoas?

Esse tipo de tratamento se relaciona com o conceito de humilhação social. A humilhação social é um processo em que indivíduos são desvalorizados e ridicularizados de maneira sistemática, muitas vezes baseada em características sociais como raça, gênero ou classe. No contexto racial, a humilhação social pode ser particularmente insidiosa, pois opera tanto de forma explícita quanto sutil, minando a autoestima e a percepção de valor do indivíduo. A experiência de ser questionado sobre a posse de um bem, como no caso das sapatilhas, ou ter a competência questionada com base em preconceitos, como na candidatura ao cargo de direção artística, são formas de humilhação social que buscam reafirmar a hierarquia racial existente. A socióloga Fabiane Albuquerque 2021 escreveu o artigo *A humilhação como tecnologia de controle da população negra* para o Portal Geledés¹⁵, apresentando como a humilhação coloca a população negra acuada e no lugar de abandono e se rebelar sobre esses aspectos são muito complexos.

Por toda Europa existem Centros de Identificação e Detenção para migrantes e refugiados que são verdadeiras prisões e ali, sem que esses tenham cometido crime algum, passam meses e até anos. Ao chegar na Comunidade Europeia, depois de um longo processo de humilhação, esses corpos, segundo a autora, estão dóceis para serem dominados e explorados.

O que isso tem a ver com a população negra no Brasil? Ao longo da vida, negros e negras passam por um processo de humilhação tão grande e constante que isso os desvitaliza de tal forma que muitos, assim como os imigrantes, tornam-se, não somente dóceis e conformados, mas perdem a capacidade de reagir devido ao cansaço físico e emocional que provoca feridas profundas na psiquê, quando não, doenças derivadas desse tipo de tratamento: hipertensão, problemas de pele, depressão, ansiedade, síndrome

¹⁵ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-humilhacao-como-tecnologia-de-controle-da-populacao-negra/>.

do pânico, problemas cardíacos ou distúrbios alimentares. A humilhação equivale ao rebaixamento, à diminuição da pessoa e do seu valor no mundo e quando ela é um projeto de sociedade, tem a função de reduzir a pessoa ou grupo humilhado até fazê-la desaparecer, material ou simbolicamente.

Isso se dá através das instituições sociais e de seus agentes. Corpos negros experimentam, desde o nascimento, uma carga de violência inimaginável que, com o passar dos anos, essa violência deixa de ser vista como algo anômalo para ser vista como natural, como parte da vida de uma pessoa negra. Basta notar como ainda nos surpreendemos ao sermos bem tratados em consultórios médicos: “Que médico humano, ele falou comigo e me olhou nos olhos!”

Mulheres negras no Brasil são as maiores vítimas de violência obstétrica, crianças negras aprendem, já nos primeiros anos de escola, que a instituição é uma forma de introduzi-las à humilhação, à ridicularização e ao seu “não valor” no mundo. As delegacias de polícia são verdadeiros laboratórios de humilhar pobres e negros no Brasil. O descaso para com esses corpos se dá em todos os âmbitos da sociedade, basta ver o judiciário e suas sentenças racistas.

As filas no Brasil, em órgãos públicos ou privados existem para humilhar os pobres, os transportes públicos, abarrotados de corpos como sardinhas, também. E quais as consequências desse projeto? Quando corpos passam a vida inteira sendo humilhados, eles perdem a capacidade de reagir, de se revoltar e questionar, porque, quando isso vira rotina, o comum se torna a norma e, com isso, não há estranhamento. O estranho é ser tratado como cidadão, com dignidade. Nessas condições, transformando “corpos em pé” em corpos “de joelhos”, a dominação fica mais fácil. Corpos negros são vigiados em shoppings, supermercados, lojas e, em qualquer lugar que frequentam, os olhares recaem sobre eles. Essa humilhação é Tecnologia de Controle.

Corpos humilhados, quando se rebelam contra o sistema, são humilhados em dose dupla, para que se cale e aprendam a estar no “seu lugar”. É o caso do jovem acusado de roubar uma bicicleta elétrica no Rio de Janeiro que se dirigiu à uma delegacia para registrar um B.O de racismo, mas passou a ser ele o investigado pela origem da bicicleta. É o caso do jovem que foi registrar o roubo de sua moto e acabou preso, é o caso da jovem violentada dentro de uma viatura da polícia e o juiz absolveu os acusados alegando que houve consenso, já que a vítima não reagiu. É o caso de atletas negros que denunciam racismo e nunca mais conseguem patrocinadores ou são excluídos dos clubes. E casos no Brasil não nos faltam como exemplo (Albuquerque, 2021).

Pessoas brancas se sentem no direito de falar as suas verdades, sem nenhum embasamento para pessoas negras, porque ser idiota também é um privilégio, ser incompetente é um privilégio, surtar e depois se desculpar também é um privilégio. Ao longo da minha vida, vejo pessoas brancas se arriscando mais, se jogando, falando absurdos em reuniões de trabalho, tendo crises. Ao corpo negro resta a perfeição, porque um erro qualquer pode custar seu trabalho, sua liberdade. A escritora Alessandra Devulsky reforça esse conceito.

Enquanto uma mulher branca pode perder seu tino e ser perdoada, enquanto a mulher branca pode defender com afincos uma ideia sem ser considerada desequilibrada, a mulher negra não tem a chance de ser “perdoada” por

perder momentaneamente algo que possuía. A mulher negra já nasce sob o signo de despossessão – da animalização de seus traços seus trejeitos, da ausência de “ratio” imanente ao pensamento constituidora do discurso. A mulher negra não pode “perder a razão” se esta nunca foi-lhe atribuída. Se de antemão a mulher é incapaz de portá-la, o que se dirá de poder defendê-la. Essas circunstâncias tendem a constranger mulheres negras a tomar seu espaço na ágora política e em cargos decisórios, repercutindo de modo ainda mais dolorido naquelas que são comumente menos visíveis ainda nesses espaços, as mulheres negras escuras (Devulsky, 2021, p. 147).

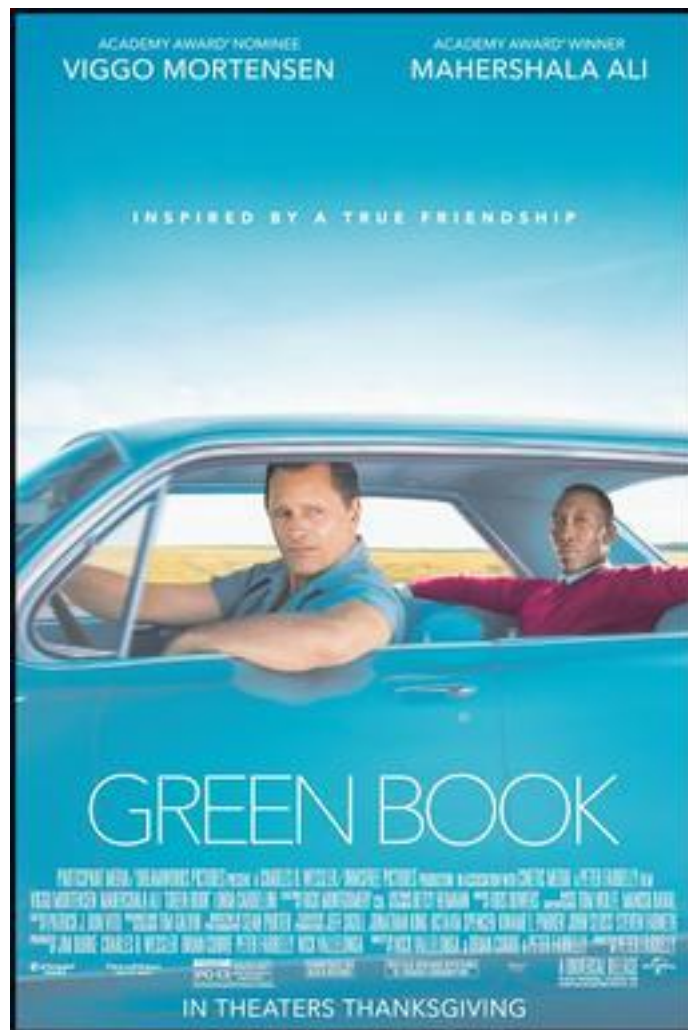
Uma pessoa negra de pele clara, quando não sabe identificar o racismo sofrido, não saberá se defender ou criar caminhos de embate. O não entendimento do racismo gera doenças físicas e mentais.

A humilhação social imposta às pessoas negras de pele clara e a consequente negação de suas identidades, reforça a opressão sistêmica e a necessidade de um letramento racial profundo. Esse letramento é essencial para reconhecer, confrontar e superar as microagressões e os atos explícitos de racismo que permeiam a sociedade, permitindo que essas pessoas reivindiquem sua identidade e resistam à desumanização cotidiana.

SUGESTÃO:

Green Book é um filme de comédia dramática norte-americano acerca de uma turnê na região do Sul Profundo dos Estados Unidos, feita pelo pianista de jazz clássico Don Shirley (Mahershala Ali) e Tony Vallelonga (Viggo Mortensen), um segurança ítalo-americano que trabalhou para Shirley como motorista e segurança. Dirigido por Peter Farrelly, o roteiro foi escrito por Farrelly, Brian Hayes Currie e Nick Vallelonga, baseado nas entrevistas de seu pai e de Shirley, além das cartas que foram enviadas à sua mãe. O título do filme refere-se ao livro *The Negro Motorist Green Book*, informalmente chamado de *Green Book*, um guia turístico, escrito por Victor Hugo Green, destinado a ajudar viajantes afro-americanos, indicando-lhes dormitórios e restaurantes relativamente amigáveis com negros, durante a vigência das chamadas leis Jim Crow.

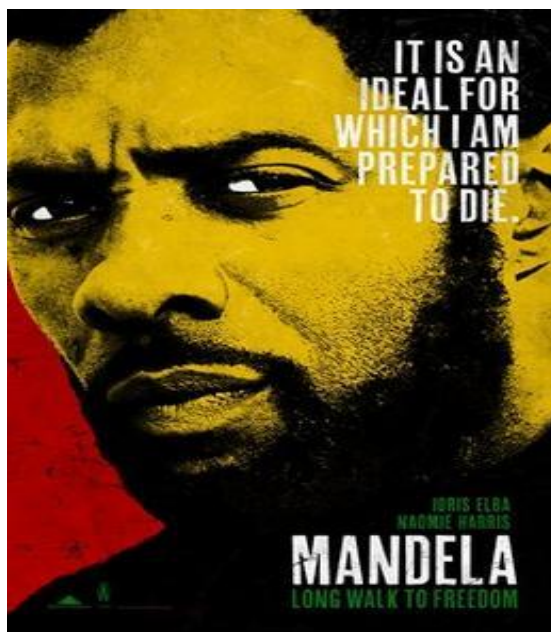
Figura 10 – Cartaz do filme: Green Book.



Fonte: Imagens colhidas na internet – Wikipédia.

Mandela: Longo Caminho para a Liberdade é um filme britano-sul-africano de 2013, do gênero drama histórico-biográfico, dirigido por Justin Chadwick, com roteiro de William Nicholson baseado na autobiografia *Long Walk to Freedom*, de Nelson Mandela. Conta a vida de Nelson Mandela, sua educação e os 27 anos de prisão antes de se tornar presidente da África do Sul e trabalhar para reconstruir a sociedade segregada do país.

Figura 11 - Cartaz do filme Mandela: Longo Caminho para a Liberdade



Fonte: Imagens colhidas na internet – Wikipédia.

Considerações

A luta por identidade e reconhecimento das pessoas pardas (negras de pele clara) em uma sociedade estruturalmente racista é complexa e contínua. A educação e a arte são ferramentas essenciais para romper as barreiras impostas por um sistema que insiste em marginalizar corpos não brancos. Ao promover o letramento racial e valorizar a ancestralidade, podemos criar um futuro em que todos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial, independentemente da cor da pele. A inclusão dessas narrativas na educação é um passo crucial para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essas reflexões apresentadas ao longo desse trabalho é para estimular e inquietar pessoas pardas (negras de pele clara) conectar-se com seu lugar no mundo e suas narrativas.

Um povo só consegue construir relações igualitárias trazendo a sua história e aceitando os modos de fazer que são diferentes. Pessoas negras e povos originários foram massacrados ao longo da história. Não há algo mais desumano do que tirar a sua história, arrancar seu passado; a população negra muitas vezes não consegue reconstruir um caminho de volta. As pessoas negras de pele clara, que hoje são classificadas como pardas, são jogadas em um limbo. Essa grande massa da população brasileira precisa olhar para os seus lugares de origem. A cultura africana e dos povos originários tem que ser seu alimento motor para a reconstrução dessa sociedade. O letramento racial para pessoas consideradas pardas é fundamental; essa população precisa saber da importância da sua etnia. Só assim as mudanças sociais e a igualdade racial irão avançar mais rápido. Já existem várias conquistas, mas elas podem avançar com outro ritmo com uma população letrada.

Percebo que, ao fim desse trabalho, a reparação histórica é o reconhecimento de se olhar no espelho e se ver como uma pessoa negra, se dá por uma busca pela própria identidade e que lugar pertencemos. Ter uma pele clara nunca irá te tornar uma pessoa branca. O sistema cria caminhos para que essa identificação com a sua ancestralidade não aconteça. Pertencer é resistir, quando se trata de povos originários e da população negra!

É fundamental apoiar e incentivar as pessoas negras a sonharem e acreditarem em suas capacidades, para que possam conquistar sua independência e romper com as estruturas opressoras. A esperança e o sonho são pilares dessa jornada, pois é através deles que se alimenta a luta e se constrói um futuro melhor para todos.

Hoje sou outro homem, outra pessoa, outre ser vivo nesse planeta, a descrição que fazia de mim há quatro, três, dois anos atrás não sairá mais da minha boca. Essa pós-graduação foi um divisor de águas e interferiu em tudo: nas relações de amizade, no meu relacionamento amoroso, na relação familiar, nas minhas leituras, enfim... uma mudança de cosmopercepção sobre minha existência neste planeta. Hoje, mais do que nunca, percebo como é fundamental se encontrar no mundo, entender nossas origens, nossas histórias, nossas dores. Descobrir que sou uma pessoa negra de pele clara foi um processo de cura e reconhecimento de tudo que foi negado a mim, de todas as histórias que foram silenciadas.

Hoje, estou entrando no mestrado, carregando comigo os saberes dessa pós-graduação. Estou fazendo aulas de capoeira e dança afro-brasileiras no espaço *Grupo Quilombolas de Luz Capoeira* e frequento um espaço lindo chamado xamânico de espiritualidade ancestral *Quilombo Caminhos das Pedras*. Esses percursos me trazem de volta à minha casa, ao meu território, que um sistema embranquecido queria e ainda tenta apagar. Foram muitas feridas, lágrimas e dores nessa escrita, mas também houve movimentos libertadores, uma emancipação da servidão. E essa emancipação não é apenas individual, mas coletiva. Quando nos encontramos, encontramos também a força de um povo, a resiliência de quem resistiu ao apagamento e à opressão.

Ser uma pessoa negra de pele clara é viver em uma intersecção onde a pele pode ser um escudo temporário, mas a alma carrega as marcas de gerações de exclusão e luta. É essencial reconhecer e falar sobre isso. Hoje percebo que não me calarei e que tudo virará escrita, denúncia e beleza. Agora, olho para o meu futuro de outra forma. Com mais clareza, com mais força, com a certeza de que encontrar meu lugar no mundo é também reivindicar meu direito à história, à ancestralidade e à identidade que me foram negadas por tanto tempo.

Por fim, a emancipação, em todas as suas formas, é um ato de resistência que desafia o status quo e pavimenta o caminho para uma sociedade onde a igualdade e o respeito sejam uma realidade para todos.

Referências:

CARVALHO, Eliane dos Santos. **Veredas das noites sem fim: socialização e pertencimento racial em gerações sucessivas de famílias negras**/ Eliana dos Santos Carvalho. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

GONZALES, Lélia. **Lugar de Negro**. Lélia Gonzales, Carlos Hasenbalg. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2022.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. Alessandra Devulsky. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

hooks, bell. **Tudo Sobre o Amor: novas perspectivas**/ bell hooks. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**/ Muniz Sodré. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: uso dos sentidos**/ Kenbegele Munanga. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra**/ Kabengele Munanga. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

SOBRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau- as ciências contra o Brasil mestiço**/ Ricardo Alexandre Santos de Souza. Vitória da Conquista: Editora Edições UESB, 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário- cor e raça na sociabilidade brasileira**/ Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2012.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**/ Neuza Santos Souza. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador- saberes construídos nas lutas por emancipação**/ Nilma Lino gomes. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**/ Luiz Rufino. Rio de Janeiro: Editora Mórula Editorial, 2019.

NOGUEIRA, Renato. **Por que amamos?** o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor/ Renato Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Herper Collins Brasil, 2020.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Quem quer (pode) ser negro no Brasil?** / Rodrigo Ednilson de Jesus. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

TAVARES, Julio Cesar de. **Dança de guerra- arquivo e arma: elementos para uma teoria da capoeiragem e da comunicação corporal afro-brasileira/** Julio Cesar de Tavares. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2012.

CUMINO, Alexandre. **A umbanda e o umbandista- quem é o quê?** / Alexandre Cumino. São Paulo: Editora Madras, 2022.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo- políticas arrebatadoras/** bell hooks; tradução Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude/** Cida bento. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2022.

BOLA, JJ. **Seja homem:** a masculinidade desmascarada/ JJ Bola; tradução Rafael Spuldar. Porto Alegre: Editora Dublinense, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser/ Sueli Carneiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.

GOMES, Lourentino. **Escravidão:** do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume 1/ Lourentino Gomes. Rio de Janeiro: Editora globo Livros, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade/** Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

KOPENEWA, Davi; Albert, Bruce. **A queda do céu:** Palavras de um xamã yanomami/ Davi Kopenewa e Bruce Albert; tradução Beatriz Perrone- Moisés. São Paulo: Editora companhia das Letras, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista/** Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Caminho das Letras, 2019.

RAMOS, Lázaro. **Na minha pele/**Lázaro Ramos. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2017.

DUARTE, Constância Lima. **Escrevivências – identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo/** Constância Lima Duarte, Cristiane Côrte, Maria Rosário Alves Pereira. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2023.

PEREIRA, Jéssica Silva. **Costurando a vida com fios e ferro:** Narrativas de mulheres negras cotistas na UNEB/Campus X. Jéssica Silva Pereira. Memorial apresentado ao programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia. Teixeira de Freitas, 2020.

Sites:

http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/07/17/dados-violacoes-religiao-mdh.htm#:~:text=De%20525%20violações%20em%20que,estão%20distribuídas%20em%20160%20denúncias.&text=O%20candomblé%20lidera%20entre%20as%20religiões%20de%20matriz%20africana%20com%20166%20violações>

<https://empregueafro.com.br/>

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>

<https://www.instagram.com/reel/C-VfU-aPBUO/?igsh=Ymw2eWttcjK2OWZy>

<https://www.geledes.org.br/a-humilhacao-como-tecnologia-de-controle-da-populacao-negra/>